

# ‘MIL ROCHAS E TAL...!’: INVENTÁRIO DOS SÍTIOS DA ARTE RUPESTRE DO VALE DO CÔA (CONCLUSÃO)

Mário Reis<sup>1</sup>

## **RESUMO:**

Desde a sua descoberta que a arte rupestre da região do Côa não tem cessado de aumentar os seus números, que se traduzem neste momento em mais de 80 sítios, com uma quantidade de rochas historiadas que ultrapassa bastante o milhar de registos. Nas primeira e segunda partes deste trabalho apresentamos uma descrição dos sítios dispersos ao longo dos dois eixos principais da distribuição da arte rupestre, os rios Côa e Douro, respectivamente. Nesta terceira e última parte apresentamos o ponto da situação do inventário e as conclusões, com uma resenha sobre o conhecimento obtido sobre cada um dos quatro períodos cronológicos da arte do Côa, e ainda uma adenda com os novos dados do inventário entretanto obtidos.

**Palavras-chave:** Arte Rupestre; Vale do Côa; Prospeção.

## **ABSTRACT:**

Since its discovery, the rock art of the Côa region has not ceased to increase its numbers, which are reflected at this point in more than 80 sites, with a quantity of engraved rocks that quite exceeds one thousand records. In the first and second parts of this paper we presented a description of the sites scattered along the two main axes of the rock art distribution, the rivers Côa and Douro, respectively. In this third and last part we present an inventory update and the final conclusions, with a review on the knowledge obtained on each of the four chronological periods of the Côa rock art, and also an addendum with the new inventory data obtained in the meantime.

**Keywords:** Rock-art; Côa Valley; Archaeological Survey.

## **7. INTRODUÇÃO**

Nesta terceira e última parte deste longo texto sobre o inventário da arte do Côa apresentamos um novo ponto da situação do inventário. Nas conclusões fazemos uma apreciação das características da arte do Côa, quer em termos gerais quer sobre cada um dos seus quatro grandes períodos cronológicos. E, uma vez que novos achados continuam a ocorrer, fazemos uma adenda ao inventário.

---

<sup>1</sup> Arqueólogo, Parque Arqueológico do Vale do Côa.

## **8. ADENDA: ALGUNS NOVOS DADOS NO INVENTÁRIO DA ARTE DO CÔA**

Com as entregas muito espaçadas das três partes deste artigo, e uma vez que os trabalhos de prospecção continuam e que a região da arte do Côa está ainda longe de esgotar o seu manancial de surpresas foi, entretanto, inevitável o aparecimento de novos sítios com arte rupestre, assim como de novos achados em alguns sítios já conhecidos. Esta adenda pretende sumariar estas novas ocorrências para juntar aos inventários anteriormente publicados. Seguiremos de novo a ordem de distribuição dos sítios pelos seus principais eixos, o Côa e o Douro. Assim, no Côa, para além de dois sítios com pinturas esquemáticas (Colmeal e Poço Torto), conhecidos há já algum tempo mas só recentemente adicionados formalmente ao inventário da arte do Côa, há ainda a registar a descoberta dos sítios do Gamoal, Poio e Casa do Muro. Há também novos achados em sítios já conhecidos, na Canada do Inferno, Ribeira de Piscos, Vale do Forno, Vale de Moínhos, Ribeira da Volta e Lapas Cabreiras. No Douro, inventariaram-se três novos sítios: Zambulhal, Picão e Alto das Malhadas, havendo ainda a descoberta de mais rochas no sítio do Vale Escuro.

### **8.1. Novos achados ao longo do Côa**

#### **8.1.1. Colmeal**

Este sítio foi descoberto em Março de 2004 por Thierry Aubry e Jorge Sampaio, antecedendo um pouco a descoberta do abrigo do Poço Torto. Devidamente inventariados pelo CNART, a sua localização um pouco excêntrica face aos restantes sítios da arte do Côa fez que fossem considerados em separado. No entanto, como alguns dos achados mais recentes estendem a distribuição da arte do Côa já um pouco para Sul destes dois, considerou-se recentemente que fazia sentido a sua inclusão neste inventário.

É um conjunto de abrigos com pinturas esquemáticas da Pré-história Recente, localizados uns ao lado dos outros na base de uma crista quartzítica junto ao leito do ribeiro do Colmeal, voltados para Oeste. O denso matagal que cobre a zona não permite uma adequada prospecção, e é possível que haja mais pinturas por descobrir. Esta crista destaca-se bem na paisagem, descendo as encostas de ambos os lados do ribeiro com um acentuado formato em “V”, e marca o final da mancha de quartzitos nesta zona, começando logo a seguir uma zona de xistos, onde se encontra a vizinha aldeia do Colmeal.

O ribeiro do Colmeal é uma linha de água que nasce nos altos da Serra da Marofa, à cota de 810 metros, e faz um percurso pouco sinuoso de Norte para Sul, percorrendo cerca de 4300<sup>2</sup> metros até desaguar na margem esquerda da ribeira do Avelal, à cota de 410 metros e a 2600 metros de distância do abrigo do Poço Torto. Por sua vez, a ribeira do Avelal é um afluente da margem direita do Côa. Os primeiros 2070 metros do ribeiro são percorridos em terrenos quartzíticos, que cedem lugar aos xistos à cota de 490 metros, coincidindo precisamente com a localização dos abrigos pintados.

Estes são pelo menos três, ainda pouco estudados, apresentando diversos antropomorfos esquemáticos simples pintados a vermelho, que na rocha 1, a principal, são cerca de uma vintena, a par de algumas barras e manchas ou motivos indefinidos.

#### **8.1.2. Poço Torto**

Na sequência da descoberta dos abrigos do Colmeal, alguns habitantes da aldeia do Bizarriil levaram o CNART ao abrigo pintado do Poço Torto, em Maio de 2004. Este é agora, à semelhança daqueles, incluído no inventário da arte do Côa.

---

<sup>2</sup> Como nas partes anteriores, continuamos a medir estas distâncias pelo leito dos rios, não em linha recta.

A Ribeira do Avelal é uma longa linha de água, estendendo-se por um pouco mais de 22 quilómetros. Nasce no planalto a Leste da Serra da Marofa, à cota de 720 metros, e tem um percurso tendencialmente de Leste para Oeste, ainda que muito sinuoso, desaguando na margem direita do Côa à cota de 330 metros, cerca de 5700 metros a montante dos sítios paleolíticos do Alto da Cotovia e da Quinta da Moreirola. Embora nascendo em terrenos graníticos, a quase totalidade do seu percurso é feito em geologia xistosa<sup>3</sup>. Em mais de metade do seu percurso inicial a ribeira é uma discreta linha de água sem um vale escavado digno de monta, sendo aí designada como Ribeira do Lagar de Água. Passando a aldeia de Vilar Torpim, ganha caudal e profundidade, tornando-se também muito mais sinuosa, e adoptando então o nome de Ribeira do Avelal.

O abrigo do Poço Torto situa-se na margem esquerda da Ribeira do Avelal, poucas centenas de metros a jusante da aldeia do Bizarril, uma anexa da freguesia do Colmeal. Este troço final da ribeira é altamente sinuoso, e embora o abrigo esteja a 7380 metros da foz da ribeira, essa distância reduz-se a apenas 2930 metros se medida em linha recta. Quase nada foi prospectado nesta ribeira, e o seu potencial arqueológico é uma incógnita, sendo abundantes os afloramentos e abrigos ao longo das suas margens, nos troços que se conseguem entrever. O abrigo encontra-se à cota de 490 metros, orientado a Nordeste, cerca de 30/40 metros abaixo da orla do vale, e uns 10 metros acima do leito da ribeira. É pouco profundo, tendo pinturas esquemáticas da Pré-história Recente em dois painéis, quase todas a vermelho, mas com a grande originalidade de ter também, do lado direito, um motivo pintado a branco. Há alguns antropomorfos, um círculo, uma figura solar e uma interessante figura oval, segmentada internamente e com pequenos traços paralelos a arrancar externamente do lado esquerdo. A figura pintada a branco é uma grande representação solar, um círculo incompleto raiado externamente com muitos traços, tendo no interior um ramiforme, uma linha ondulada que arranca do último traço raiado para dentro do círculo, e que é segmentada por diversos traços rectilíneos dispostos em paralelo.

### **8.1.3. Gamoal**

O Gamoal é um sítio arqueológico com amplos vestígios de ocupação pré-histórica e, em escala mais reduzida, também de época romana. Foi descoberto em 1992 por Nelson Rebanda e a sua equipa, nos trabalhos do EIA da barragem do Côa, e referido sumariamente nos inventários arqueológicos regionais (AUBRY; CARVALHO & ZILHÃO 1997: 101; COIXÃO 1996: 76; 1999: 199-200; 2000: 127).

Está implantado na orla do planalto na margem esquerda da Ribeirinha, fronteiro ao Fumo (cf. REIS 2012: 40-41), e sobranceiro ao estreito e profundo canhão que a ribeira rasga aqui, na transição dos granitos para xistos. Os materiais de superfície distribuem-se por uma vasta área, de ambos os lados de uma pequena linha de água afluente da Ribeirinha, em diversas situações topográficas. Uma prospecção cuidadosa deverá definir melhor os contornos e características, deste sítio grande e importante, com uma ocupação balizável nos III<sup>o</sup> e II<sup>o</sup> milénios a.C., restando saber se não terá uma origem anterior.

Em Junho de 2012 foi descoberta uma rocha com pinturas neste sítio, pelo arqueólogo João Muralha, em trabalhos arqueológicos no âmbito do projecto “ART-FACTS. Contextos arqueológicos da Arte Esquemática no Vale do Côa”, numa investigação conjunta de João Muralha, Lara Bacelar Alves, Bárbara Carvalho e Mário Reis, a decorrer e de resultados ainda inéditos. A rocha está dentro do povoado, numa plataforma onde surgem materiais de superfície pré-históricos, e fica na orla da plataforma, à cota de 330 metros, enfrentando directamente o canhão da Ribeirinha, que aqui atinge uma profundidade de 80 metros. Trata-se de um grande batólito granítico, bem des-

---

<sup>3</sup> Vai alternando entre várias formações diferentes, nomeadamente as Formações do Pinhão, do Rio Pinhão, e da Excomungada, sendo a esta última que pertence o abrigo pintado do Poço Torto.

tacado na paisagem, muito perto da transição para os xistos. Tem um grande painel lateral quase vertical, levemente inclinado para a frente, perpendicular à orientação do desfiladeiro e voltado a Noroeste, para o troço final da Ribeirinha (numa extensão de 3,8 quilómetros) e para a imensa paisagem que dali se vislumbra, abarcando o Monte São Gabriel, o vale do Côa e planalto adjacente e, no horizonte, as elevações graníticas do planalto beirão.

Apesar da grande dimensão do painel, este tem um único motivo, pintado a vermelho no canto inferior direito, quase a descair para o desfiladeiro. Não há ainda certeza absoluta de que se trate efectivamente de uma pintura, até porque é uma mancha de forma algo indefinida, mas diferencia-se, na cor e na textura, das poucas manchas naturais que o painel apresenta, e parece formar uma película sobre a superfície esbranquiçada por baixo. Apesar da indefinição, poderá tratar-se uma figura antropomórfica. Refira-se por fim que a rocha se encontra a 750 metros de distância a jusante do abrigo pintado da Ribeirinha (cf. REIS 2012: 41), para o qual pouco falta para ter vista directa.

#### **8.1.4. Casa do Muro**

Este topónimo é apenas um entre vários possíveis numa área que corresponde a um largo troço da ribeira de Piscos, mas para montante do sítio já inventariado com este nome. Na primeira parte deste trabalho tínhamos chamado a atenção para o potencial deste troço superior da ribeira de Piscos (REIS 2012: 39), que é agora confirmado com estas novas descobertas. As primeiras doze rochas apareceram em Abril de 2013, por intermédio de Thierry Aubry e Luís Luís, do PAVC. Quando fizemos a sua realocização para o inventário, em Junho e Julho de 2013, descobrimos mais duas que, ao longo daquele trabalho, receberam os números 1 e 11, enquanto que as rochas anteriormente descobertas ficaram com os números 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13 e 14.

O troço inicial da ribeira de Piscos designa-se na verdade por ribeira da Centieira, cuja nascente está nos terrenos graníticos do planalto beirão, perto da aldeia de Marialva. Percorre alguns quilómetros pelo planalto até descer ao Vale da Veiga, que se integra no grande vale tectónico da Vilariça. Aqui a ribeira segue ao longo da própria falha tectónica, num percurso quase linear de Sul para Norte numa extensão de 7370 metros até que, na zona da Quinta da Canameira, inflecte bruscamente para Leste, em direcção ao Côa. A partir daqui, a ribeira abandona o largo vale granítico e segue num profundo vale encaixado de geologia xistosa, e abandona também o nome de ribeira da Centieira para passar a ser conhecida por ribeira de Piscos. O percurso final, desde a inflexão até ao encontro com o Côa, é de 9000 metros, num percurso de elevada sinuosidade em que passa sucessivamente pelas três formações xistosas que marcam a geologia da região: a Formação do Rio Pinhão, a Formação do Pinhão, e a Formação da Desejosa. Como vimos, os últimos 2700 metros correspondem ao sítio de arte rupestre da ribeira de Piscos (REIS 2012: 29-31).

As rochas agora descobertas estão a montante do sítio da Ribeira de Piscos, e há um factor na paisagem que marca bem a separação entre as duas áreas de distribuição de arte rupestre, e que é grande zona aberta no vale que surge em torno da foz da ribeira do Vale da Cabra, e onde surgem os terrenos agrícolas aplanados da antiga Quinta dos Piscos. Seria lógico assim definir o novo sítio da Casa do Muro como correspondendo ao troço de vale encaixado da ribeira de Piscos entre a brusca inflexão junto à Quinta da Canameira até ao princípio dos terrenos da Quinta dos Piscos. No entanto, entram aqui em jogo a geologia da região e a sua relação com a distribuição da arte rupestre. A parte inicial do troço da ribeira a partir da Quinta da Canameira corresponde à zona xistosa da Formação do Rio Pinhão e, do que já nos foi possível ver, os afloramentos desta zona parecem ser impróprios para a existência de arte rupestre. A diferença na qualidade das superfícies rochosas na zona de transição da Formação do Rio Pinhão para a Formação do Pinhão

é abrupta e notória<sup>4</sup> e, embora não tenha sido ainda possível fazer uma vistoria mais completa na zona montante correspondente à Formação do Rio Pinhão, pensamos que é pouco provável a existência de arte rupestre naquela área. Assim, e enquanto eventuais novos achados no terreno não o desmentirem, definimos para já o sítio da Casa do Muro como sendo o troço da ribeira de Piscos contido entre a transição das duas formações geológicas até ao princípio da zona mais aberta do vale em torno da foz da ribeira do Vale da Cabra, numa extensão de apenas 1700 metros, e que corresponde unicamente a xistos da Formação do Pinhão.

Nestes 1700 metros a ribeira tem um percurso muito sinuoso num vale profundamente encaixado, de perfil em V muito fechado e simétrico, de acessos bastante difíceis, com uma profundidade que atinge os 220 metros e uma largura máxima na ordem dos 700 metros. A margem direita é sulcada por muitas linhas de escorrência de água, que também surgem na margem esquerda, mas aqui o vale é interrompido por dois afluentes mais importantes, de vales igualmente encaixados e profundos. O primeiro, mais a jusante, tem uma extensão de 3030 metros e, de momento, não conhecemos arte rupestre no seu interior. O outro tem uma extensão de 1620 metros, e tem algumas rochas gravadas no seu interior, se bem que todas enfrentando a zona de junção das duas linhas de água. As rochas 11, 12, 13 e 14 encontram-se na parte superior da encosta, em torno da cota dos 300 metros, as duas últimas já enfrentando directamente a ribeira de Piscos, enquanto as rochas 6 e 7 estão à cota de 200 metros e perto da linha de água, a cerca de 150 metros da sua foz. Todas as restantes rochas estão na margem esquerda da ribeira de Piscos, a cotas variáveis mas sempre mais perto da linha de água que do topo das encostas.

Todas as gravuras de todas as épocas são filiformes. Cronologicamente, a Época Histórica está presente em quatro rochas, a Idade do Ferro em três e o Paleolítico Superior em seis rochas, havendo ainda duas rochas com gravuras de cronologia indeterminada.

Das duas rochas indeterminadas, a rocha 2 tem alguns traços indefinidos, talvez paleolíticos, mas a rocha 8, identificada por Thierry Aubry e Luís Luís, apresenta algo absolutamente único, que não conhecemos em mais lado nenhum. Grande parte da superfície desta rocha está coberta por um líquen de cor amarela muito viva, quase fosforescente, de belo efeito visual. Na superfície encontram-se três motivos gravados, todos muito similares e provavelmente feitos num só momento e pela mesma pessoa, consistindo em reticulados, de traço largo bem visível. O que é diferente é que estas gravuras foram feitas em cima dos líquenes amarelos e não chegam a atingir a rocha, o que é bem perceptível nos vários pontos em que, na sequência dos traços, os líquenes pontualmente desaparecem e deixam ver a superfície rochosa por baixo e onde, muito nitidamente, não existe sulco gravado. Neste caso curioso de aproveitamento cromático dos líquenes para fazer gravuras, preferimos para já não arriscar uma hipótese cronológica, mas parece-nos mais provável que tenham sido feitos em tempos recentes da Época Histórica.

As gravuras claramente de Época Histórica encontram-se nas rochas 1, 5, 9 e 13. Nas duas últimas tratam-se apenas de conjuntos de traços muito recentes, sem grande interesse, mas nas rochas 1 e 5 surgem conjuntos apreciáveis de motivos, na rocha 1 com grande quantidade de figuras geométricas de vários tipos associados a uma interessante figura humana de braços ao alto e corpo decorado, na rocha 5 com um conjunto coerente de motivos de grande dimensão, que incluem uma figura humana feminina, um estranho animal, talvez uma ave, uma cruz e uma lança, entre outros.

A Idade do Ferro encontra-se nas rochas 3, 4 e 12, em todos os casos com motivos de difícil definição, destacando-se apenas uma grande ponta de lança na rocha 4, e um conjunto de três animais em posição vertical, provavelmente cervídeos, na rocha 12.

---

<sup>4</sup> Agradecemos a Thierry Aubry e Luís Luís, que nos alertaram logo para este aspecto.

O Paleolítico Superior está representado nas rochas 6, 7, 9, 10, 11 e 14, uma vez mais com motivos pouco visíveis. Na rocha 10 encontra-se um grande zig-zague colocado na vertical, de cronologia não inteiramente clara, mas que pelo tipo de traço e proximidade à rocha 9 sugerimos ser paleolítico, ainda que uma cronologia da Idade do Ferro fosse também possível. A rocha 6 tem duas ou três figuras animais de traço simples, de espécie para já não identificável. As rochas 9 e 11 têm figuras de traço múltiplo indefiníveis, e as rochas 7 e 14 têm cada uma figura de cervídeo de traço múltiplo. Note-se, para terminar, que as rochas 6 e 7 estão na vizinhança imediata de um grande abrigo onde Thierry Aubry e Luís Luís identificaram à superfície materiais líticos do Paleolítico Superior, num raro e possivelmente interessante caso de associação entre ocupação e arte.

#### **8.1.5. Poio**

É uma encosta na margem esquerda do Côa contida entre a Canada do Inferno a Norte e o Vale de Videiro a Sul. Já antes referimos este local como tendo boas probabilidades de ter arte rupestre, mas onde a extensa destruição provocada pelas antigas pedreiras ali laboradas dificultava a prospecção e diminuía a possibilidade de encontrar gravuras (REIS 2011: 35; REIS 2012: 23). Recentemente, em Agosto de 2012, investigamos uma área junto ao rio onde se entreviam alguns grandes afloramentos ainda intactos e descobrimos duas novas rochas gravadas, pelo que este sítio se junta agora ao inventário da arte do Côa, colmatando um vazio na sequência de sítios naquela área.

A encosta está orientada a Leste, iniciando-se na orla planáltica à cota de 350 metros. Junto ao rio estende-se por 800 metros, mas converge na parte superior na estreita plataforma planáltica que separa os vales das ribeiras da Canada do Inferno e de Vale Videiro, assumindo assim uma forma marcadamente triangular. A largura máxima, entre o Côa e a orla planáltica, pouco ultrapassa os 200 metros, tendo assim um acentuado declive. É muito rochosa, preenchida quase inteiramente por grandes conjuntos de afloramentos. Como referimos, foi um local de eleição para a exploração de pedra de xisto na região<sup>5</sup>, havendo numerosas pedreiras abandonadas um pouco por toda a encosta, de alto abaixo, que terão sido trabalhadas ao longo do século XIX e parte do século XX.

Para além das duas rochas encontradas, há referências à existência de mais uma, que terá sido avistada de passagem em 1995 e que se localiza no sector submerso da encosta, tendo sido casualmente encontrada num passeio feito ao longo das margens do Côa, aproveitando o período em que o leito do Côa estava no nível normal devido às obras da barragem do Côa<sup>6</sup>. Estando fora dos sítios principais, e no meio da azáfama que caracterizou o ano de 1995, o curto espaço de tempo entre a sua descoberta e a nova subida das águas não permitiu a sua inventariação e estudo. Tinha pelo menos uma figura de um animal picotado, de cronologia pós-paleolítica. Uma vez que já não há uma memória clara da sua localização, ainda que esta deva estar algures na encosta do Poio a Sul da Canada do Inferno, preferimos protelar a sua inventariação até à altura em que seja possível ver de novo o rio Côa sem as águas da albufeira do Pocinho. De resto, a prospecção efectuada é ainda muito preliminar e é possível que haja mais rochas por descobrir na zona emersa, uma vez que existem mais afloramentos pelo meio das pedreiras ainda com as superfícies originais intactas, ainda que não sejam muitos e, frequentemente, de difícil acesso.

Ambas as rochas estão perto do rio, no sector central da encosta, a cerca de 40 metros uma da outra, e apresentam motivos paleolíticos incisos. A rocha 1 tem um enorme painel vertical, com mais de dez metros de comprimento, mas só tem um motivo gravado, uma figura de um animal quadrúpede, de espécie não identificada. É um grande motivo, tendo perto de um metro de com-

<sup>5</sup> Estes trabalhos ainda continuam, em várias explorações designadas em conjunto como “Pedreiras do Poio”, localizadas no planalto já longe do rio, embora sejam ainda bem visíveis a partir da Canada do Inferno.

<sup>6</sup> Informação pessoal de António Martinho Baptista, a quem agradecemos.

primento, e os contornos são em traço múltiplo, que não se estendem para o interior do corpo. A cabeça não é visível, talvez por não ter sido representada, mas também poderá estar coberta por películas de concreção mineral que se formaram na zona do painel onde deveria estar. A tipologia do corpo e a enorme cauda sugerem que poderá ser uma representação de cavalo, de rara dimensão. A rocha 2, que é a parede de fundo de um antigo casebre arruinado, tem pequenos motivos de traço múltiplo, muito apagados e indistintos, apenas se distinguindo claramente uma cerva.

#### **8.1.6. Achados diversos em outros sítios**

Na ribeira de Piscos foram entretanto inventariadas mais seis rochas gravadas, subindo o total para 42 rochas neste sítio. As primeiras três foram registadas em Junho de 2012, uma das quais, a rocha 39, tinha sido descoberta inicialmente por Thierry Aubry e Luís Luís em 2010 (AUBRY; LUÍS & DIMUCCIO 2012: 863-864). Todas as três se encontram num dos afluentes da margem esquerda da Ribeira de Piscos, o chamado “Vale de legas”. A rocha 37 está a meia encosta, ligeiramente abaixo do grande maciço rochoso na encosta Sul do Monte Fariseu, e apresenta uma cerva paleolítica de traço múltiplo. Embora não sistemática, a prospecção que fizemos em redor não deu mais resultados, parecendo indicar que estará isolada. Mais abaixo e a montante, no fundo do vale, encontram-se as rochas 38 e 39, distanciadas uma da outra: a rocha 38 na margem esquerda da linha de água, a rocha 39 a meia encosta sobre a margem direita. Ambas têm pequenos painéis e estão aparentemente isoladas, apresentando conjuntos densos de traços, incompletos devido a fragmentação do painel e muito patinados. Em ambos os casos são consideradas de cronologia indeterminada, mas parece provável que sejam paleolíticas. A rocha 40 foi descoberta em Março de 2013 por uma visitante do PAVC, Catarina Gomes, durante uma actividade de canoagem no rio Côa. A rocha está sobre o Côa, com o painel parcialmente submerso e inacessível por terra, razão pela qual passou despercebida até então. Apresenta gravuras modernas picotadas: uma assinatura com data (SEIXAS 1938) dentro de uma cartela, e um esboço mal conseguido de um relógio, similar aos da rocha 12, que está poucos metros acima. Também a rocha 42, a última a ser identificada em Dezembro de 2013, apresenta gravuras modernas picotadas: duas datas dentro de cartelas (1890 e 1910), numa rocha dentro de um casebre de apoio ao moinho de Piscos, situado mesmo na foz da ribeira. Por fim, a rocha 41, descoberta por André Santos em Maio de 2013. Situada logo atrás da rocha 24, sobre o Côa, apresenta uma única figura de um animal picotado, da fase antiga da arte paleolítica do Côa. É uma representação de um animal de espécie indeterminada, talvez um auroque, colocado na vertical de cabeça para baixo. As patas traseiras e o ventre são representados, mas não o dorso e a traseira, em parte por fractura do painel, em parte por opção, enquanto a cabeça é apenas mal esboçada com um traço picotado e os restantes incisivos, tornando a identificação da espécie difícil.

Refira-se ainda na Ribeira de Piscos a identificação, por André Santos, de uma pequena mancha informe de pigmento vermelho num pequeno divertículo lateral da rocha 4, mais um exemplo de pintura da Pré-história Recente neste sítio. Por outro lado, fizemos a revisão de todas as rochas deste sítio, e salientamos as rochas 27 e 28, das quais pouco mais se sabia para além da localização e cronologia. Ficam ambas na margem direita da ribeira, as únicas para já nesta localização, em frente às rochas 1 e 2. A rocha 27 tem incisões paleolíticas, distinguindo-se um grande meandro ondulado e vestígios pouco definidos de animais de traço simples. A rocha 28 tem poucos motivos da Idade do Ferro, distinguindo-se três cavalos, grandes e muito elegantes, idênticos e feitos pela mesma mão.

No tocante à Canada do Inferno, este famoso sítio da arte do Côa foi ficando para trás na nossa tarefa de reinventariar e prospectar a área envolvente das rochas já conhecidas, em parte porque o sector mais importante e com mais rochas se encontra parcialmente submerso e inacessível, mas também porque é um sítio bem conhecido e protegido, não havendo urgência na sua

revisão. Assim, só em Agosto de 2012 fizemos este trabalho de revisitação sistemática das rochas conhecidas e uma prospecção geral da sua envolvente, com a qual inventariamos três novas rochas. Duas no sector principal: a rocha 44 situada entre as rochas 13 e 15, tendo um enorme painel onde se encontram apenas duas figuras paleolíticas incisas, aparentemente ambas cabeças de animais de difícil identificação; a rocha 45 encontra-se acima, sobre a rocha 15, tendo uma inscrição moderna picotada numa face lateral, indecifrável pelos líquenes que a cobrem. A rocha 46 encontra-se no patamar superior às rochas 40 e 42, apresentando uma única figura paleolítica incisa mal conservada e de difícil decifração, talvez um veado. Refira-se ainda que a prospecção sistemática não detectou novas rochas perto da importante rocha 41, isolada no princípio da distribuição das gravuras paleolíticas, na margem esquerda da ribeira sobre um ponto onde o leito é profundo e estreito, formando uma pequena mas evidente queda de água. Podemos referir ainda a rocha 29, que por lapso não foi mencionada antes. É um abrigo na parte inferior do grande maciço rochoso encimado pela rocha 1, em cujo interior, numa parede vertical, se encontra um conjunto de gravuras lineares do tipo “unhadas do diabo”.

No Vale do Forno há apenas a descoberta da rocha 87, em Novembro de 2012, no sector intermédio do vale e na encosta superior do lado esquerdo, acima das rochas 74, 75 e 76. Tem conjuntos de traços desconexos e dois meandros ondulados da Idade do Ferro.

Em Vale de Moinhos descobrimos, em Dezembro de 2012, mais duas rochas com gravuras modernas nas imediações das rochas 21, 22 e 23 e, tal como estas, associadas directamente a um antigo moinho. A rocha 43 apresenta uma única cruz picotada, enquanto a rocha 44 tem inscrições e cruces picotadas, feitas provavelmente num só momento e incluindo a data de 1601, a segunda data gravada mais antiga das gravuras modernas do Côa, a seguir à data de 1600 da rocha 24 da Canada do Inferno. Tem também gravuras filiformes (cruciformes e uma original ave) que, nalguns casos, foram sobrepostas e parcialmente destruídas pelas gravuras picotadas, tendo assim uma cronologia anterior a 1601. Este é o primeiro indício de que poderá haver na região gravuras históricas anteriores ao século XVII, neste caso provavelmente quinhentistas<sup>7</sup>.

No abrigo das Lapas Cabreiras, decorreu em Outubro de 2013 uma primeira campanha de escavação arqueológica, no âmbito do projecto “ART-FACTS” que já acima referimos. Para além da descoberta de interessantes contextos arqueológicos da Pré-história Recente, ainda em fase de estudo, a limpeza do denso matagal no acesso e a cuidadosa observação dos variados painéis existentes permitiu novas descobertas. Assim, para além do grande painel com pinturas já conhecido, descobriu-se ainda um fragmento de um outro painel, tombado e com restos informes de pintura, e dois outros painéis, um em cada ponta do abrigo, cada um com uma figura antropomórfica picotada, num caso um tosco antropomorfo de braços abertos em asa, no outro uma figura em fi. Ainda no âmbito do mesmo projecto “ART-FACTS”, em Julho de 2012 fez-se uma campanha de escavação no abrigo da Ribeirinha, que também forneceu ténues vestígios de uma ocupação pré-histórica no local, e descobriu-se um terceiro painel com pinturas, em posição fortemente oblíqua e de difícil visualização, parecendo ter apenas uma mancha vermelha informe.

Por fim, na Ribeira da Volta foram inventariadas mais 6 rochas, fazendo um total de 10 rochas neste sítio. Em Abril de 2013 são descobertas novas gravuras neste sítio, por Thierry Aubry e Luís Luís, e em finais de Junho, quando as fomas relocalizar, descobrimos ainda novas rochas. Assim, as rochas 5, 8 e 10 foram as descobertas por Thierry Aubry e Luís Luís, e as restantes são as rochas 6, 7 e 9. Se para além das covinhas de cronologia indeterminada da rocha 2 todas as gra-

---

<sup>7</sup> Convém dizer que a interpretação desta data não é totalmente unívoca. Na realidade, a inscrição tem duas linhas com datas picotadas. Na de baixo surge a data que interpretamos como 1601. Mas o número “0” tem um apêndice inferior em posição horizontal, que faz com que o número se assemelhe a um “9” deitado, pelo que a data poderia ser 1691. Na linha acima surge a inscrição que se poderia ler “ANNO DE 160”, faltando o último componente da data. Este tanto poderá não ter sido feito como poderá também ter desaparecido por fractura do painel, e a parte superior dos números “6” e “0” está truncada por outra fractura, e não é impossível que o “0” possa ser a parte inferior de um “8”. A ser assim, as gravuras picotadas pertenceriam aos términos do século XVII, e as incisas poderiam ser do mesmo século, nada garantindo que recuassem mais.



vuras das quatro primeiras rochas deste sítio eram exclusivamente da Idade do Ferro, os novos achados remetem já para o panorama normal da arte do Côa, a habitual mistura de gravuras incisas paleolíticas, proto-históricas e modernas. Assim, da Idade do Ferro há motivos nas rochas 5 e 6, em ambos os casos muito indistintas e de difícil visibilidade. Gravuras modernas encontram-se nas rochas 5 e 8, com aglomerações densas e caóticas de traços e motivos de difícil definição. A rocha 9 tem apenas alguns traços de cronologia indeterminada. Motivos paleolíticos encontram-se nas rochas 5, 7, 8 e 10. A rocha 8 tem apenas alguns traços pouco definidos. Nas rochas 5 e 7 há vários motivos de traço múltiplo, pouco claros, havendo ainda na rocha 7 o que parece um meandro ondulado, muito similar aos da rocha 22 da Ribeira das Cortes. Apenas na rocha 10 surge um motivo de fácil leitura, um bonito cervídeo de traço múltiplo.

## **8.2. Novos achados ao longo do Douro**

### **8.2.1. Picão**

A primeira rocha deste sítio surgiu em Maio de 2013. Em Junho fizemos uma prospecção geral do sítio e descobrimos mais três, totalizando quatro rochas inventariadas.

É o vale de uma pequena linha de escorrência de água na margem direita do Douro, entre os sítios da Ribeira de Urros, cuja foz está 850 metros a jusante, e da Canada das Corraliças, 260 metros para montante. É uma curta linha de água que desce a encosta quase linearmente de Norte para Sul, com 420 metros de comprimento. Nasce à cota de 260 metros, na linha de cumeada que separa a encosta para o Douro da que está voltada à ribeira de Urros. Entrava no Douro, antes da barragem do Pocinho, à cota de 110 metros, numa pequena praia aplanada hoje submersa. O vale é aberto, com 410 metros de abertura, quase tão largo quanto comprido, e de perfil fortemente assimétrico. O lado direito, confinante com o vale da ribeira de Urros, é baixo, aberto e de suave declive, com a encosta a não ultrapassar os 230 metros de altura. Já o lado esquerdo, confinante com a Canada das Corraliças, tem uma encosta de forte pendente e muito mais alta, atingindo os 360 metros.

Não fizemos ainda prospecção sistemática do sítio, mas vimos já toda a área relevante do lado direito e os principais conjuntos de afloramentos da encosta elevada do lado esquerdo, e parece-nos pouco provável que haja mais rochas por descobrir, a não ser talvez debaixo de água. O sector inferior direito do vale, em torno da rocha 1, foi surribado para a plantação de um laranjal em socalcos, e é possível que alguma rocha tenha sido destruída, tendo a rocha 1 escapado por pouco. As quatro rochas estão no lado direito do vale, a rocha 1 isolada junto à foz, as restantes na parte superior do sítio, as rochas 2 e 3 muito perto da nascente da linha de água e a rocha 4 mais centrada a meia encosta. A rocha 3 tem gravuras de Época Histórica, as restantes apresentam motivos da Idade do Ferro.

Na rocha 3 surgem pequenas inscrições cursivas, bastante recentes, um grande reticulado, e mais conjuntos de traços de difícil decifração. Nas restantes, destaca-se apenas um interessante conjunto de geométricos na rocha 2, parcialmente ocultos por líquenes.

### **8.2.2. Zambulhal**

Descoberta a rocha 1 em finais de Janeiro de 2013, fizemos poucos dias depois uma primeira e rápida prospecção, em companhia de Rosa Jardim do PAVC, que levou à descoberta de mais duas, sendo assim três as rochas actualmente inventariadas neste sítio.

Trata-se de uma pequena linha de escorrência de água na encosta sobre a margem direita do Douro, 1700 metros a montante da barragem do Pocinho, e quase em frente ao sítio do Vale Escuro. Inicia-se na orla planáltica à cota de 400 metros, e tem um percurso quase rectilíneo, aproximadamente de Norte para Sul, numa extensão de 850 metros. Tem um vale pouco pro-

fundo, não ultrapassando os 60 metros de declive, de perfil simétrico, e de abertura pouco larga, tendo o máximo de largura na zona central, com 220 metros de abertura, e estreitando progressivamente tanto para cima como para baixo. Entrava no Douro à cota de 100 metros, numa zona aplanada correspondente ao início de um grande terraço, hoje totalmente submerso, que se prolongava para montante por quase dois quilómetros na margem direita do Douro, até à foz da ribeira do Arroio.

Muito pouco foi ainda prospectado, e é possível que mais rochas venham a ser identificadas, mas o sítio não parece ter potencial para muito mais, a não ser talvez na zona submersa. Todas as três rochas apresentam gravuras de Época Histórica, e a rocha 1 tem também motivos da Idade do Ferro. Na rocha 3 surge apenas uma seta gravada, e na rocha 2 diversos conjuntos de traços paralelos acompanhados por pequenas inscrições cursivas. Na rocha 1, para além de gravuras históricas pouco relevantes, surge um interessante conjunto de meandros ondulados e uma tosca figura humana, de cronologia incerta.

### **8.2.3. Alto das Malhadas**

O Alto das Malhadas é um povoado fortificado da Idade do Ferro localizado no topo do imenso maciço granítico do Monte Meão, na zona em que o Douro faz um notório meandro, onde encontra e segue a falha tectónica da Vilariça, fazendo uma acentuada curva para Norte e correspondente contracurva para Sul. Ou seja, o Monte Meão é uma espécie de “península”, rodeada pelo Douro por todos os lados menos a Sul. O Alto das Malhadas foi inventariado recentemente como sítio de arte rupestre, tendo um pequeno seixo com gravuras incisivas, assim como três rochas com covinhas. O povoado, ainda inédito, foi descoberto pelo arqueólogo Daniel Sousa em 2004. O seixo gravado e a primeira rocha com covinhas foram descobertos em 2005 por Jorge Sampaio, mas só foram devidamente inventariados, juntamente com mais duas novas rochas com covinhas, em Maio de 2013<sup>8</sup>.

Encontra-se no ponto mais elevado do maciço, à cota de 459 metros. Tem uma linha de muralha que forma um recinto de forma oval, com um eixo maior de aproximadamente 200 metros. O acesso faz-se pelo lado Sul, onde o derrube da muralha é mais notório, e a extremidade Norte do povoado corresponde a uma acrópole natural, um cabeço arredondado de topo aplanado e rochoso, que descai a pique para o Douro pelo exterior, e tem uma suave encosta voltada a Sul, dando acesso ao restante povoado e onde são visíveis duas linhas consecutivas de derrubes de muros, que fecham pelo interior o acesso à acrópole. São visíveis diversos amontoados de pedras, provavelmente correspondentes a derrubes de estruturas. Os materiais de superfície são pouco abundantes, vendo-se algumas cerâmicas manuais, da Idade do Ferro/Bronze Final. Há uma linha de água que se inicia logo abaixo e a Leste da acrópole, dirigindo-se linearmente para Sul. Ao longo dessa linha de água e na base do povoado, numa longa série de plataformas na base Sul e Sudeste do povoado, e também na ampla linha de cumeada que acompanha a outra margem da linha de água, encontram-se numerosos materiais de superfície da Pré-história Recente, tanto cerâmicos como líticos, de cronologias balizáveis, *grosso modo*, entre o II e o IV milénios a.C.. Parece provável que a área de dispersão destes materiais se prolongue também para o cabeço onde se encontra o povoado da Idade do Ferro, estando possivelmente ocultos pelos vestígios e estratos mais recentes. Refira-se ainda que há um outro povoado da Idade do Ferro (e, possivelmente, também com ocupações anteriores e posteriores à Idade do Ferro) dentro da área do meandro do Monte Meão, localizado num cabeço em esporão à cota de 376 metros, cerca de 1400 metros para Sudoeste do Alto das Malhadas. É o sítio do Cabeço Meão (COIXÃO 1999: 131-134; 2000: 94), com ténues vestígios de uma linha de muralha, um torreão na entrada e possíveis vestígios

---

<sup>8</sup> O seixo gravado está armazenado nas reservas arqueológicas do Museu do Côa.

de um campo de pedras fincadas no exterior do torreão. Estes dois sítios vizinhos da Idade do Ferro, com vista directa para o início da distribuição das rochas gravadas deste período (para o Vale Escuro e Zambulhal), são um contexto ocupacional interessante para futuros estudos deste período, a que acresce o interesse do seixo do Alto das Malhadas, uma modesta contribuição para a vasta panóplia de achados de arte móvel da Idade do Ferro na região, nomeadamente no vale do Sabor que mais à frente referimos, e ainda as duas placas gravadas do sítio do Paço.

As três rochas estão na periferia Sudoeste do povoado, numa zona aplanada externa ao derrube da linha de muralha na principal zona de acesso. Logo abaixo surge uma das plataformas onde se encontram materiais pré-históricos. Desta forma, não é possível saber qual o contexto ocupacional relacionável com as covinhas, pelo que as consideramos de cronologia indeterminada. São afloramentos graníticos baixos, de superfícies sub-horizontais quase ao nível do solo, onde foram gravadas as covinhas, raras na pequena superfície da rocha 2, abundantes nas superfícies maiores das rochas 1 e 3.

O pequeno seixo gravado foi encontrado poucos metros para Sul das rochas gravadas, na mesma área de plataforma. É de quartzito, longo, estreito, ovalado e com duas faces, ambas com ténues gravuras incisivas pouco visíveis. Numa surge uma linha em ziguezague, na outra dois motivos geométricos: um formado por linhas convergentes num vértice, o outro por uma linha ao longo da qual saem diversos traços paralelos. São motivos que se enquadram bem no que se conhece da arte da Idade do Ferro da região.

#### **8.2.4. Achados diversos em outros sítios**

No Vale Escuro descobrimos mais três rochas em 2013, perto umas das outras na margem direita, junto ao leito e sensivelmente a meio do vale. A rocha 13 apareceu em Janeiro, e tem alguns traços e possíveis signos paleolíticos. As rochas 14 e 15 foram identificadas em Maio, na vistoria de uma surribe para plantação de vinha<sup>9</sup>, e ambas apresentam um quadrúpede da Idade do Ferro, um cavalo na rocha 14, e talvez um canídeo na rocha 15, este de tipologia muito original. Refira-se ainda que revimos uma figura na rocha 11 que referimos anteriormente como sendo uma figura laminar, talvez uma arma (REIS 2013: 9). Na realidade, trata-se de uma muito interessante e original figura humana em posição orante, com algumas características sem paralelos na região do Côa. Tem o corpo de forma triangular afilada, as pernas bem abertas e dois braços abertos e ao alto. O corpo está decorado com linhas oblíquas paralelas, numa possível representação de vestuário tipo saio, que se prolongam para o espaço entre as pernas, numa saliência marcadamente triangular que tapa o baixo-ventre.

### **9. PONTO DA SITUAÇÃO EM FINAL DE 2013**

Os quadros seguintes reflectem os números adiantados no presente inventário, tanto nas duas partes anteriores do texto (REIS 2012; 2013) como na adenda desta terceira parte, havendo apenas alterações menores e de pormenor. A excepção é na Foz do Côa, onde surgem diferenças apreciáveis face aos números anteriormente publicados (REIS 2012: 8-10), que não se referem ao total de registos inventariados, que se mantêm inalterados, mas sim ao inventário por período cronológico. Face à contagem anterior, há mais rochas com gravuras paleolíticas e da Idade do Ferro, uma quantidade ligeiramente inferior de rochas com gravuras de Época Histórica, e também menos rochas de cronologia indeterminada. Estas diferenças devem-se ao trabalho que estamos a realizar de cuidadosa revisão e inventário fotográfico de todas as rochas deste sítio e de todos os motivos

---

<sup>9</sup> Esta surribe foi acompanhada pelo PAVC, e ocorreu na margem direita, em zonas já anteriormente prospectadas e sem rochas inventariadas. A excepção foi a descoberta da rocha 15, mas que não foi destruída, tendo sido solicitamente preservada pelos proprietários do terreno.

que conseguimos individualizar, tendo em vista uma futura publicação que esperamos para breve. Com este trabalho minucioso tem sido por vezes possível encontrar motivos de cronologias diferentes daquelas inicialmente inventariadas, ou atribuir uma cronologia a motivos antes considerados indeterminados ou, nalgumas raras situações, alterar a primeira atribuição cronológica. Também na Canada do Inferno há diferenças, nomeadamente nas rochas com gravuras da Pré-história Recente, que passaram de quatro para sete.

O anterior ponto da situação da arte do Côa tinha como limite temporal o mês de Maio de 2009 (REIS 2011). Este, quase cinco anos depois, avança até ao fim do ano de 2013. O inventário progrediu razoavelmente neste intervalo, e pode ser visto com mais detalhe nos quadros abaixo. O número de registos ascendeu largamente acima de mil, chegando aos 1183, exactamente 236 acima do anterior. O número de sítios aumentou consideravelmente, subindo de 59 para 83. Ainda que contando com a inclusão de alguns sítios já anteriormente conhecidos mas que só recentemente foram devidamente inventariados (como o Cruzeiro Velho, Colmeal ou Poço Torto), o aumento na quantidade de sítios conhecidos deve-se ao investimento feito na prospecção geral da região, num esforço para melhor conhecer as características e os limites da distribuição da arte do Côa. Há ainda lacunas importantes, tanto no Côa (o longo troço mal conhecido entre a Faia e o Alto da Cotovia, por exemplo) como no Douro (sobretudo em diversos troços na margem direita) mas, com um longo labor de prospecção e inventário acumulados desde o início dos estudos na região, é uma tarefa que se pode já considerar mais perto do fim que do princípio. Já o aumento nos registos, embora significativo, não impressiona face a desempenhos anteriores, o que se deve ao maior empenho na busca de novos sítios em detrimento da prospecção sistemática dos sítios já conhecidos. Esta prospecção detalhada dos sítios rupestres, essencial para um pleno conhecimento das características da arte rupestre da região, progrediu mas a um ritmo mais lento, e os sítios conhecidos apenas de forma sumária superam ainda largamente os que de conhecimento pormenorizado.

Cronologicamente, podemos salientar que o número de rochas paleolíticas já ultrapassa substancialmente as 500, continuando a ser o período mais representado, em número de rochas e de sítios, mas salientamos também o grande crescimento dos registos da Idade do Ferro, o mais acentuado nos quatro grandes períodos cronológicos. Interessante é também o crescimento do inventário dos registos e sítios da Pré-história Recente. O número de registos cresceu bastante, passando de 42 para 65, mas mais interessante foi o aumento no número de sítios, de 15 para 28, quase o dobro. Mantendo-se como o período menos representado na arte do Côa, a grande distância dos restantes, a sua distribuição diversificou-se e aumentou consideravelmente nos últimos tempos.

Continuamos a fazer a distinção entre as expressões “registos” e “rochas” pois, embora os afloramentos rochosos historiados sejam larguissimamente maioritários no inventário da arte do Côa, não são no entanto totalmente exclusivos. Já anteriormente enumeramos os poucos casos que fazem a excepção (REIS 2011: 16-18), a que podemos juntar ainda os achados mais recentes das pedras gravadas do Azinhate e Vinagreira. E olhando em particular para a arte móvel paleolítica (de momento representada nos sítios da Cardina, Quinta da Barca Sul e, sobretudo, Fariseu) e da Idade do Ferro (com duas placas no sítio do Paço, mais um exemplar duvidoso no Olival dos Telhões), cremos que estará aqui algo que poderá fazer futuramente crescer os números do inventário e, essencialmente, contribuir decisivamente para uma melhor compreensão das cronologias e significados da arte do Côa nestes períodos. De facto, há resultados recentes e muito interessantes em algumas das escavações que se estão a levar a cabo no vale do Sabor, nomeadamente no caso das centenas de placas de arte móvel paleolítica do sítio do Medal, e as dezenas ou centenas de placas gravadas da Idade do Ferro exumadas nos sítios de Crestelos e

Castelinho, respectivamente<sup>10</sup>. Parece-nos possível que a abundância de arte móvel nestes sítios seja um facto relativamente “normal” na região do Alto Douro, e que, especificamente no tocante à região da arte do Côa, a prossecução de trabalhos de escavação, seja no Fariseu, ainda pouco intervencionado, noutros terraços paleolíticos, ou em sítios da Idade do Ferro ainda por escavar, possa trazer grandes novidades. Por fim, olhando para achados como o Cruzeiro Velho, Rua dos Namorados, Azinhate ou Vinagreira, vemos grande variedade de situações, cronológicas e tipológicas, que sugerem a possibilidade de sítios mais ou menos similares estarem por descobrir, alguns esperando por escavações arqueológicas, outros pelo acaso ou pelo olhar atento da prospecção.

### 9.1. Quadro da evolução do inventário da arte do Côa

SÍTIOS	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Vale da Casa	23	23	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29
Foz do Côa	6	7	7	7	7	7	8	10	16	16	17	188	188	195	195	195	195	195	195	195
Faia	4	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	18	18	18	18	18
Canada do Inferno	24	38	38	38	39	40	42	42	42	42	42	43	43	43	43	43	43	43	46	46
Vale de Figueira	3	3	3	5	5	5	5	5	5	5	5	5	6	7	7	7	7	7	7	7
Vale de Moinhos	2	2	2	4	4	4	4	6	6	6	6	7	40	40	40	40	42	42	44	44
Ribeirinha	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Canada do Amendoal	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	7	7	7	7	7	7	7	7
Meijapão	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	4	4	4	4	4	4	4	4
Rego da Vide	5	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	12	13	13	13	13
Vale de Videiro	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Ribeira de Piscos	2	3	21	21	23	28	28	28	28	28	28	28	28	28	29	33	33	36	39	42
Penascosa	0	9	23	23	23	24	25	25	25	25	25	26	26	36	36	36	36	36	36	36
Vale de José Esteves	0	10	10	12	12	12	16	16	16	20	20	20	23	63	63	64	64	67	67	67
Quinta da Barca	0	7	10	25	25	25	27	27	29	30	30	32	32	60	61	61	61	61	61	61
Vale de Cabrões	0	3	3	12	12	12	12	16	21	22	25	25	25	54	54	58	61	61	61	61
Vermelhosa	0	3	6	8	8	8	10	10	10	11	11	11	12	12	12	12	12	24	24	24
Ribeira de Urros	0	1	1	4	4	4	4	4	4	4	4	4	8	8	8	8	8	8	12	12
Vale de João Esquerdo	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9	9	9	9	9	11	11	11
Vale do Forno	0	4	4	4	4	4	6	8	8	14	14	19	25	60	79	79	79	79	87	87
Broeira	0	1	1	1	1	1	3	4	4	4	4	10	13	13	13	13	13	15	15	15
Fariseu	0	2	2	2	2	2	8	8	8	8	11	19	19	19	19	19	20	20	20	20
Rua dos Namorados	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Quinta das Tulhas	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	5	16	16	16	17	17	17	17
Namorados	0	0	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	7	7	7	7	7	7	7	7
Moinhos de Cima	0	0	0	2	8	8	8	10	10	10	10	25	25	25	25	25	25	26	26	26
Tambores	0	0	0	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3
Canada da Moreira	0	0	0	0	2	4	6	7	7	8	8	8	14	14	14	14	16	16	35	35
Canada do Arrobão	0	0	0	0	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	10	10	10	10
São Gabriel	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2
Olival dos Telhões	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

<sup>10</sup> Na sua maioria inéditas e à espera das monografias finais dos trabalhos arqueológicos no vale do Sabor, sabemos da existência destas placas de arte móvel por intermédio dos vários arqueólogos que trabalham no local, a quem agradecemos (ver também BAPTISTA 2012: 28-30; SANTOS, Filipe, *et alii*, 2012).

SÍTIOS	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Ribeira das Cortes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	7	7	9	9	9	24	24	24	24	24
Bulha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	40	42	42	42	43	43	43	43
Ribeira da Cabreira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4	4	4	6	10	11	11	11
Garrido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6	6	6	16	16	16	16
Tudão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	4	4	4	4	4
Vale Escuro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	3	3	11	12	12	15
Ribeira do Picão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4	5	5	5	5	10	10
Fumo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1
Paço	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2
Foz da Ribeirinha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4	4	8	8	8	8	8
Picão da Lapa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1
Faia do Coto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	3	3	3	3	3	3
Azenha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	3	3	3	3	3
Ribeira da Volta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4	4	4	4	4	10
Moinho do Chocho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1
Lapas Cabreiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1
Vale d'Arcos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	2	2	2
Ribeira das Fornas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1
Canada das Corraliças	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	4	4	4
Moinho da Barbuda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1
Mioteira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1
Cachão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1
Olgas de Ervamoira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4	4	4	4
Raposeira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	3	3	3
Porto Velho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	4	4	4
Alto da Cotovia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5	5	5	5
Quinta da Moreirola	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2	2
Canada da Meca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	3	3	3
Ninho d'Água	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1
Vale de Maria Andrés	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2	2
Cruzeiro Velho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1
Cardina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1
Quinta da Barca Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1
Azinhate	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1
Ribeiro da Cumieira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	3	3
Vinagreira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1
Cascalheira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	31	31
Ribeira do Arroio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	3
Cavalaria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	8	8
Ponto da Serra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Ervideiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2
Ribeira do Lodão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2
Lodão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	3

SÍTIOS	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Colmeal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	3
Poço Torto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Ribeira do Molha Pão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Gamoal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Poio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Zambulhal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Alto das Malhadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Picão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Casa do Muro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14
<b>TOTAL</b>	<b>76</b>	<b>141</b>	<b>190</b>	<b>228</b>	<b>244</b>	<b>255</b>	<b>280</b>	<b>294</b>	<b>307</b>	<b>329</b>	<b>335</b>	<b>549</b>	<b>694</b>	<b>864</b>	<b>891</b>	<b>962</b>	<b>1014</b>	<b>1075</b>	<b>1146</b>	<b>1183</b>

## 9.2. Quadro cronológico e do estado da prospeção em cada sítio.

SÍTIOS	Registos	Paleolítico	Pré-História Recente	Idade do Ferro	Época Histórica	Indeterminado	Estado da prospeção
Vale da Casa	29	2	13	11	7	2	Prospeção não sistemática
Foz do Côa	195	99	-	78	48	20	Prospeção sistemática total
Faia	18	2	7	-	10	-	Registo
Canada do Inferno	46	39	7	-	10	-	Prospeção não sistemática
Vale de Figueira	7	6	2	-	1	-	Prospeção não sistemática
Vale de Moinhos	44	19	-	14	13	5	Prospeção sistemática
Ribeirinha	1	-	1	-	-	-	Prospeção não sistemática
Canada do Amendoal	7	5	-	5	2	-	Prospeção não sistemática
Meijapão	4	3	-	3	1	-	Prospeção não sistemática
Rego da Vide	13	5	-	-	9	-	Prospeção não sistemática
Vale de Videiro	2	1	1	-	-	-	Prospeção não sistemática
Ribeira de Piscos	42	27	3	9	12	2	Prospeção não sistemática
Penascosa	36	30	1	3	4	2	Prospeção sistemática total
Vale de José Esteves	67	34	-	33	5	6	Prospeção sistemática
Quinta da Barca	61	46	3	-	5	10	Prospeção sistemática total
Vale de Cabrões	61	26	1	31	15	4	Prospeção não sistemática
Vermelhana	24	12	-	12	2	4	Prospeção sistemática total
Ribeira de Urros	12	3	-	8	5	-	Registo
Vale de João Esquerdo	11	5	-	6	-	-	Registo
Vale do Forno	87	33	-	44	17	9	Prospeção sistemática
Broeira	15	6	-	7	5	-	Prospeção não sistemática
Fariseu	20	17	-	1	-	3	Prospeção sistemática total
Rua dos Namorados	1	-	-	-	1	-	Registo
Quinta das Tulhas	17	3	-	10	5	4	Prospeção sistemática total
Namorados	7	-	3	1	1	2	Prospeção não sistemática
Moinhos de Cima	26	6	-	15	4	5	Prospeção sistemática total

SÍTIOS	Registos	Paleolítico	Pré-História Recente	Idade do Ferro	Época Histórica	Indeterminado	Estado da prospeccção
Tambores	3	-	3	-	-	-	Registo
Canada da Moreira	35	4	-	31	4	4	Prospeccção sistemática
Canada do Arrovão	10	7	-	2	3	-	Registo
São Gabriel	2	-	2	-	-	-	Registo
Olival dos Telhões	1	-	-	1	-	-	Registo
Ribeira das Cortes	24	15	-	8	5	1	Prospeccção não sistemática
Bulha	43	18	-	26	8	-	Prospeccção sistemática
Ribeira da Cabreira	11	1	1	7	2	1	Prospeccção não sistemática
Garrido	16	-	-	15	2	-	Prospeccção sistemática
Tudão	4	4	-	1	-	-	Prospeccção sistemática total
Vale Escuro	15	9	-	6	1	1	Prospeccção não sistemática
Ribeira do Picão	10	-	-	7	2	2	Prospeccção não sistemática
Fumo	1	-	1	-	-	-	Registo
Paço	2	-	-	1	-	1	Registo
Foz da Ribeirinha	8	6	-	-	-	2	Prospeccção não sistemática
Picão da Lapa	1	-	-	-	1	-	Registo
Faia do Coto	3	-	-	-	3	-	Registo
Azenha	3	-	-	2	1	-	Registo
Ribeira da Volta	10	4	-	6	2	1	Registo
Moinho do Chocho	1	-	-	-	1	-	Registo
Lapas Cabreiras	1	-	1	-	-	-	Prospeccção sistemática total
Vale d'Arcos	2	1	1	-	-	-	Registo
Ribeira das Furnas	1	-	-	1	-	-	Registo
Canada das Corraliças	4	1	-	3	-	-	Registo
Moinho da Barbuda	1	-	-	-	1	-	Registo
Mioteira	1	-	1	-	-	-	Registo
Cachão	1	1	-	-	-	-	Prospeccção não sistemática
Olgas de Ervamoira	4	4	-	-	-	-	Registo
Raposeira	3	-	-	2	1	-	Registo
Porto Velho	4	1	-	1	1	1	Registo
Alto da Cotovia	5	4	-	-	1	-	Registo
Quinta da Moreirola	2	1	-	-	-	1	Registo
Canada da Meca	3	2	-	1	-	-	Registo
Ninho d'Água	1	1	-	-	-	-	Prospeccção não sistemática
Vale de Maria Andrés	2	-	-	2	-	-	Registo
Cruzeiro Velho	1	-	1	-	-	-	Registo
Cardina	1	1	-	-	-	-	Registo
Quinta da Barca Sul	1	1	-	-	-	-	Registo
Azinhate	1	-	-	-	1	-	Registo
Ribeiro da Cumieira	3	1	-	-	1	1	Registo



SÍTIOS	Registos	Paleolítico	Pré-História Recente	Idade do Ferro	Época Histórica	Indeterminado	Estado da prospeção
Vinagreira	1	-	1	-	-	-	Registo
Cascalheira	31	6	1	21	4	3	Prospeção não sistemática
Ribeira do Arroio	3	1	1	-	1	-	Registo
Cavalaria	8	-	1	6	2	-	Prospeção sistemática total
Ponto da Serra	1	-	1	-	-	-	Registo
Ervideiro	2	-	2	-	-	-	Registo
Ribeira do Lodão	2	-	-	2	-	-	Registo
Lodão	3	1	-	3	-	-	Prospeção sistemática total
Colmeal	3	-	3	-	-	-	Registo
Poço Torto	1	-	1	-	-	-	Registo
Ribeira do Molha Pão	2	1	-	1	1	-	Registo
Gamoal	1	-	1	-	-	-	Registo
Poio	2	2	-	-	-	-	Registo
Zambulhal	3	-	-	1	3	-	Registo
Alto das Malhadas	4	-	-	1	-	3	Registo
Picão	4	-	-	3	1	-	Prospeção não sistemática
Casa do Muro	14	6	-	3	4	2	Registo
<b>Total</b> Número de Sítios	<b>1183</b> 83	<b>533</b> 50	<b>65</b> 28	<b>455</b> 46	<b>239</b> 48	<b>103</b> 28	<b>Prospeção sistemática total – 11</b> <b>Prospeção sistemática – 6</b> <b>Prospeção não sistemática – 21</b> <b>Registo – 45</b>

#### Legenda:

Registo – O sítio foi apenas sumariamente inventariado e registado, sem prospeção, a não ser uma vistoria na imediação das rochas conhecidas.

Prospeção não sistemática – A generalidade do sítio foi prospectada, mas de forma não sistemática, embora possa haver uma ou outra pequena área que tenha sido sistematicamente prospectada.

Prospeção sistemática – As zonas mais importantes do sítio, onde se concentram os afloramentos, foram sistematicamente prospectadas, mas havendo zonas vazias ou com poucos afloramentos que não foram prospectadas ou o foram de forma sumária.

Prospeção sistemática total – Toda a área relevante do sítio foi sistematicamente prospectada (excepto as zonas que estejam inundadas pelas águas da albufeira do Pocinho, ou outras zonas de acesso impossível).

## 10. CONCLUSÃO

Em 1995, no auge da polémica em torno da barragem do Côa e da preservação das gravuras, a catadupa de descobertas feitas numa investigação febrilmente acelerada anunciavam que a arte paleolítica do Côa era um fenómeno absolutamente excepcional em termos mundiais, nas suas características e nos seus números. A posterior continuação da investigação territorial não desiluiu, confirmando plenamente as expectativas. A região do Côa, como muitas vezes se tem afirmado, é o maior conjunto de arte rupestre paleolítica de ar livre do mundo, e é bem possível que também na arte móvel possamos vir a fazer no futuro afirmações similarmente grandiloquentes. O Côa não foi a primeira manifestação de arte paleolítica de ar livre a ser identificada, Mazouco e Fornols-Haut tem essa primazia, e também Siega Verde é identificado pouco antes. Mas é de facto a dimensão e importância da arte paleolítica do Côa que afirmam a relevância desse novo facto científico, a existência de arte rupestre paleolítica em pleno ar livre, e a possibilidade de não se

tratar de uma manifestação isolada e de mero cariz regional mas de algo possivelmente corrente em tempos paleolíticos. A sua não detecção generalizada até à data ficará a dever-se ao enfoque dado à arte parietal em gruta, à maior taxa de destruição da arte de ar livre face à arte parietal, e à maior dificuldade na sua detecção. No entanto, com o Côa, uma maior atenção tem sido dada à busca de arte rupestre paleolítica em rochedos a descoberto, com algum sucesso, nomeadamente na Península Ibérica. A região do Côa junto com Siega Verde poderão ser o epicentro de uma vasta região com abundantes vestígios de arte paleolítica, que parecem ter parentescos estilísticos entre si (cf. BAPTISTA 2008b; 2012), com os vários sítios conhecidos nos vales dos rios Douro, Sabor, Tua, Águeda, Zêzere e Ocreza, mas os sítios conhecidos encontram-se também para lá dessa região. Com a investigação da arte paleolítica a estender-se cada vez mais também para fora da Europa, um pouco por todo o mundo, parece altamente provável que não tarde muito a aparecer uma região que dispute ao Côa o título de maior concentração de arte rupestre paleolítica de ar livre. Onde será é uma incógnita, mas o vale do Nilo parece ser um bom candidato, tendo em conta as suas características e as descobertas recentes em, para já, três sítios distintos (El-Hosh, Qurta e Wadi Abu Subeira; cf. BAHN 2012: 5).

A região do Côa continua a ser conhecida sobretudo pela arte paleolítica mas, sendo esta de facto em maior quantidade e em mais ampla distribuição, está longe de ser exclusiva, e está bem patente que também nos restantes períodos cronológicos a arte do Côa se destaca a nível internacional. A Idade do Ferro, o segundo maior conjunto, pode reclamar o título de maior conjunto de arte rupestre deste período na Península Ibérica e um dos maiores a nível europeu. Também o período menos conhecido na região, a Época Moderna, assume números muito interessantes, e terá também um dos maiores conjuntos Ibéricos e europeus, ainda que a escassez de estudos neste tipo particular de gravuras torne difícil a comparação. Apenas o quarto conjunto da arte do Côa, constituído pelas pinturas e gravuras da Pré-história Recente, perde claramente na comparação com outros sítios coevos peninsulares, europeus e mundiais. Mas esta perda é apenas quantitativa, pois também aqui a arte do Côa se afirma pela qualidade e variedade, nas técnicas, estilos e tipos das suas figuras, que se dispersam por um amplo espectro cronológico dentro da Pré-história Recente, desde os primórdios da era pós-glaciar até ao II milénio a.C..

Em quase todo o seu longo historial rupestre a região da arte do Côa apresenta uma quantidade de gravuras claramente acima do normal face a regiões similares. E mesmo na Pré-história Recente, os números poderiam crescer acentuadamente se fosse possível prospectar a zona submersa na albufeira do Pocinho, uma vez que grande parte das rochas conhecidas se concentra nas imediações das linhas de água (cf. REIS 2011: 77-78). Desta forma, surgem questões inevitáveis: o que torna o Côa especial? Porque razão tem tamanha concentração de gravuras face aos vales similares na região do Alto Douro?

Existe um factor natural que, na nossa opinião, claramente distingue o Côa de outras regiões similares, incluindo os vales vizinhos<sup>11</sup>. É um factor geológico, e tem a ver com a abundância de afloramentos e a qualidade (do ponto de vista de um artista rupestre) das superfícies expostas. No Côa são muitos milhares os afloramentos rochosos de xisto, e extraordinariamente abundantes as superfícies com boas condições para serem gravadas, e também para conservarem longamente essas mesmas gravuras<sup>12</sup>. Esta conjugação (de quantidade, qualidade e durabilidade) é infrequente, e está notoriamente ausente nos vales vizinhos do Côa. Nestes, raras são as concentrações abundantes de afloramentos, e raras também as superfícies de boa qualidade. Isto

<sup>11</sup> Nomeadamente os vales do rio Sabor e do rio Águeda, que desaguam no Douro a curta distância da foz do Côa, com características geomorfológicas e historial arqueológico semelhantes ao Côa, conhecendo-se em ambos gravuras paleolíticas e, no Sabor, também pós-glaciares, proto-históricas e históricas. São também vales que conhecemos relativamente bem, assim podendo melhor fazer a sua comparação com o Côa.

<sup>12</sup> Já anteriormente apresentamos uma análise empírica das condições gerais de preservação da arte do Côa e consideramos que, de uma forma geral, esta se mantém bastante bem conservada, tendo uma taxa de preservação das gravuras bastante elevada, mesmo no caso das mais antigas (cf. REIS 2011: 34-55). Para uma outra análise mais detalhada e atualizada da conservação da arte do Côa, ver FERNANDES 2012a.

não impede que haja arte rupestre, a qual existe e é conhecida, mas impede provavelmente que esta possa ter sido feita e subsistido em grandes quantidades nestes vales. Assim, podemos dar uma primeira resposta à questão: porque razão há tanta arte rupestre na região do Côa? Porque aqui existe a possibilidade de se fazer essa imensa quantidade de arte rupestre, ao contrário de outros sítios<sup>13</sup>. Esta resposta, um tanto ou quanto lapalissiana, deve ser considerada antes de se irem procurar outros factores distintivos da região do Côa, naturais ou culturais. No entanto, tal não invalida que esses factores possam eventualmente existir, e devemos ter em conta que não basta a existência de boas condições naturais para que a arte rupestre se materialize em grandes quantidades, é preciso que haja também condições culturais: foi necessário que, de forma mais ou menos consciente, se tivesse tomado a decisão de fazer todas aquelas gravuras ao longo dos tempos. E nova questão se coloca: a decisão de começar a fazer gravuras foi condicionada pelas condições atractivas para essa prática, ou houve outros elementos em jogo no início a determinar a realização de gravuras no Côa, tendo depois os bons factores naturais contribuído para o seu acentuado crescimento quantitativo?

É possível que nunca se venha a ter uma resposta satisfatória para esta questão. Se havia algo culturalmente diferente na região do Côa que tenha levado à realização de tantas gravuras, essa diferença poderá estar no domínio do abstracto ou espiritual, não se manifestando necessariamente no registo arqueológico (tirando, claro, na própria existência da arte). No entanto, há algo na região que poderá estar eventualmente relacionado com estas questões, e que é o facto do rio Côa (ao contrário dos rios Sabor ou Águeda, por exemplo) ser uma evidente fronteira natural, nomeadamente no seu troço final, marcando de forma bem vincada na paisagem a transição entre a Meseta Ibérica a Leste, e os planaltos graníticos das Beiras, bem mais elevados e irregulares, para Oeste. Esta fronteira natural deve ter tido importância económica e cultural na Pré-história (glaciar e pós-glaciar), e é possível que na Idade do Ferro se tenha materializado também como fronteira étnico-política (cf. LUÍS 2009a; 2009b; REIS 2011: 83), mais tarde ressurgida na Idade Média. É interessante reparar que se este aspecto do Côa como fronteira natural e/ou cultural teve influência na realização da sua imensa arte rupestre ao longo dos tempos, então parece ter funcionado como agente agregador e não como elemento de separação.

Olhando agora mais em detalhe para a arte paleolítica (ver também REIS 2011: 97-113), o conhecimento já acumulado sobre a região do Côa permite-nos começar a afinar a diacronia da sua evolução, em termos estilísticos, técnicos e distributivos. António Martinho Baptista sugeriu os conceitos de “santuário arcaico” e “santuário recente” (BAPTISTA 2008b: 170-172). O primeiro, no período Gravetto/Solutrense, é dominado pelas grandes figuras animais em traço picotado ou abrasionado, congrega-se quase exclusivamente no Côa, com as gravuras concentradas maioritariamente junto às linhas de água, normalmente em sítios acessíveis. O segundo, provavelmente iniciado no Solutrense e prolongando-se ao final do Paleolítico Superior, e até para o início do Holoceno, caracteriza-se pelo domínio quase exclusivo dos motivos incisos. O seu centro transfere-se para o ponto de encontro do Côa com o Douro (e a Foz do Côa, tendo cerca de 100 rochas com gravuras deste período, é de longe o maior dos sítios paleolíticos) e distribui-se amplamente em ambos os rios, expandindo-se pelas várias cotas dos terrenos disponíveis, sendo quantitativamente muito superior (em área, em rochas e em motivos) à fase anterior.

Esta divisão em duas grandes fases é ainda útil, sobretudo por caracterizar a drástica mudança técnica, em que as grandes gravuras de traço largo são abandonadas em favor de mais pequenas (e, por vezes, extremamente pequenas) figuras incisas, e também a importante alteração na distribuição das gravuras, que deixam de estar localizadas numa zona restrita do Côa e se expandem

---

<sup>13</sup> Um factor similar pode estar na origem da escolha de Siega Verde, no rio Águeda, provavelmente a única ou uma das únicas áreas com grande concentração de muitos painéis de excelente qualidade naquele vale.

por toda a área onde surgem afloramentos com superfícies adequadas para a sua realização, passando a ser a Foz do Côa o epicentro dessa distribuição. Reflete também uma importante mudança na maneira como a arte seria vivenciada pelas populações paleolíticas: a maioria das gravuras picotadas da fase antiga eram feitas para facilmente serem vistas, em zonas acessíveis junto ao Côa ou em linhas de água afluentes, na vizinhança de vários dos acampamentos paleolíticos de fundo de vale de conhecidos; já as gravuras incisadas mais recentes não só tem uma técnica e dimensão que as torna de mais difícil visualização, como se espalham pelo território e pelas encostas de uma forma que parece complicar a sua acessibilidade.

Mas, com o muito trabalho já feito em torno dos motivos da arte paleolítica do Côa, e em conjugação com os dados da escavação do Fariseu e com os restantes dados da ocupação humana na região, é já possível afinar melhor o faseamento cronológico da arte paleolítica do Côa. No Fariseu, a conjugação das análises da estratigrafia e das gravuras das placas de arte móvel permitiu caracterizar bem precisamente os momentos iniciais e finais da arte do Côa (cf. BAPTISTA 2012), mas faltavam dados para os momentos intermédios. Recentemente, a partir destes dados acumulados e com uma análise estilística global dos motivos paleolíticos da região do Côa, André Santos lançou uma nova proposta de faseamento cronológico (SANTOS 2012: 42-46), com a divisão em três grandes fases. A fase 1, correspondente à anterior “Fase Antiga ou Arcaica”, poderá situar-se no Gravettense e Solutrense inicial. As duas seguintes abrangem a anterior “Fase Recente”, a fase 2 situada no Solutrense final e no Magdalenense inicial e médio, e a fase 3, correspondente ao “momento” das placas do Fariseu, é datável *grosso modo* de entre 12.000 e 10.000 BP, no Magdalenense Final/Azilense. Quanto aos aspectos estilísticos de cada fase, e citando André Santos: a fase 1 “caracteriza-se (...) pelos ventres pronunciados tendencialmente convexos; a representação de apenas uma pata por par, sem cascos; a representação de apenas um corno ou haste em perfil absoluto ou, quando aos pares, em perspectiva biangular oblíqua e, mais raramente, em biangular recta; as ancas são arredondadas; as cabeças apresentam perfil naturalista e detalhes anatómicos discretos ou mesmo ausentes; as caudas (dois ou três traços horizontais paralelos entre si no caso dos capríneos, foliforme no dos veados, prolongamento, maioritariamente em arco, a partir da garupa no caso de auroques e cavalos, sendo esta última angulosa no caso dos bovídeos e convexa no caso dos equídeos) são bastante formalizadas assim como as cérvico-dorsais (em S no caso dos cavalos, quase rectas com garrotes e garupas angulosas no caso dos auroques, quase rectas com garrote suave no caso de capríneos e cervídeos); as demarcações internas dos focinhos e das crinas correspondem às únicas divisões corporais internas identificadas” (SANTOS 2012: 43). Quanto à fase 2, “este grupo, formalmente mais heterogéneo, caracteriza-se (...) pela atenção ao detalhe (na cabeça, nos cascos, nas caudas), pela suavização do geometrismo da fase mais antiga, pela representação regular das duas patas por par segundo uma perspectiva biangular oblíqua ou mesmo uniangular, pela existência de delimitações corporais internas” (SANTOS 2012: 45). Por fim, a fase 3, com um “*corpus* bastante homogéneo caracteriza-se (...) pelo subnaturalismo dos animais, a forte presença de linhas direitas, a representação de duas patas por par — com as dianteiras em perspectiva biangular oblíqua e as traseiras em biangular oblíqua ou recta —, pelos corpos alongados ou quase quadrados, pelas coxas subtriangulares e pernas direitas, pelo uso recorrente do estriado interior e pela quase exclusividade da técnica da incisão” (SANTOS 2012: 44).

A fase 1 é claramente o período mais bem conhecido da arte paleolítica do Côa, com evidente domínio das grandes figuras em picotado ou abrasão, acompanhadas por alguns signos simples e incisos e, provavelmente, por algumas raras figuras de animais incisos. Está concentrada quase exclusivamente no Côa, no troço entre a Penascosa/Quinta da Barca e Vale de Moinhos. As gravuras paleolíticas da Faia são elementos isolados para Sul dessa fase, enquanto que o auroque isolado do Vale Escuro é o seu único representante claro no Douro. A grande maioria das rochas

gravadas encontra-se em zonas baixas e acessíveis, ao longo do Côa ou nas margens dos seus afluentes directos, por vezes em grupos densos, como na Canada do Inferno, na maioria dos casos em seqüências mais ou menos ordenadas e fáceis de seguir. Algumas rochas foram eleitas para a realização de densos palimpsestos de figuras (rocha 1 da Canada do Inferno, 3 da Penascosa, 1 da Quinta da Barca, 1 do Fariseu, etc.), por vezes concentradas em zonas específicas dos painéis, outras apresentam quantidades mais reduzidas de motivos ordenadamente dispostos nos painéis, não sendo infrequentes os casos de rochas com uma só figura. A maneira como surgem na paisagem sugere que as gravuras eram feitas para serem facilmente vistas, segundo percursos ordenados de acordo com regras inteligíveis para as populações coevas, entre as quais a orientação das figuras animais parece ser um dos factores essenciais (ver BAPTISTA; SANTOS & CORREIA 2006; 2008; 2009; SANTOS 2012).

Nas fases 2 e 3 a arte expande-se territorialmente, invadindo o Douro, e tendo a embocadura do Côa como centro da distribuição. As características da distribuição e da implantação paisagística mudam bastante em relação à fase anterior, mas são também muito distintas entre as duas fases. A fase 2 é aquela onde parece mais difícil entender os critérios de implantação paisagística da arte (ver SANTOS 2012: 57-60). A quantidade de sítios aumenta em relação à fase 1, mas estes surgem espaçados, com vazios entre eles, sem uma relação evidente uns com os outros. Por seu lado, as rochas escolhidas estão muitas vezes isoladas ou em pequenos grupos, frequentemente em sítios algo escondidos e de acessos não evidentes (pelo menos aos nossos olhos), sendo difícil discernir quais os critérios de escolha das rochas para gravar. Se nalguns casos a especificidade da própria rocha ou algum factor distintivo na paisagem imediata podem ser as razões (cf. SANTOS 2012: 60), na maioria parecem ser factores invisíveis no nosso conhecimento actual. De momento, e tendo em conta que o conhecimento continua em actualização, parece haver três sítios principais com gravuras desta fase: Ribeira de Piscos, Foz do Côa e Vale de Cabrões, que agrupam maior quantidade de rochas gravadas e de motivos. Na Foz do Côa os motivos desta fase (nas rochas 14, 16, 20, 69, 92, 143, 147, 157, 170, 186 ou 191), que quase sempre partilham o espaço gravado com figuras da fase 3, parecem dispersar-se sem critério aparente pela encosta, mas na Ribeira de Piscos e em Vale de Cabrões surgem preferencialmente em pequenos grupos: na Ribeira de Piscos as rochas 24, 25 e 26 por um lado, e as rochas 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 22 e 22 por outro, e em Vale de Cabrões as rochas 4, 5, 6 e 7 (SANTOS 2012: 57), a que podemos juntar as rochas 55, 56 e talvez 57 na parte baixa do vale, sem prejuízo de aparecerem algumas rochas isoladas, como as rochas 32 ou 41. Na Broeira também aparece um pequeno grupo concentrado na foz da pequena linha de água que divide a encosta a meio, formado pelas rochas 1, 4 e 13. Na maioria dos restantes sítios as rochas tendem a aparecer mais ou menos isoladas, como a rocha 41 da Canada do Inferno, havendo sítios com apenas uma rocha desta fase, como as rochas 7 da Canada da Moreira, 5 da Quinta das Tulhas ou 10 dos Moinhos de Cima. O que também é notório nesta fase é a reduzida quantidade de motivos por rocha, sendo o mais frequente haver apenas um ou dois, mais raramente acima disso. A grande excepção é a rocha 24 de Piscos, onde a maioria dos mais de 160 motivos inventariados se integram neste momento cronológico, na que é a mais importante rocha desta fase e, provavelmente, de toda a arte do Côa. É também nesta rocha que se encontram quase todas as representações humanas paleolíticas, e as outras duas, nas rochas 2 da Ribeira de Piscos e 8 do Fariseu, estão próximas da rocha 24 e integram também esta fase. Por fim, é também neste momento que surgem algumas raras figuras de grandes dimensões, que fazem a ponte entre os grandes animais picotados da fase 1 e os tipicamente pequenos motivos incisais das fases 2 e 3. Essas figuras, geralmente auroques ou cavalos, atingem dimensões na ordem de um metro, como nas rochas 5 e 55 de Vale de Cabrões, 9 de Vale de Moinhos, ou 69 e 157 da Foz do Côa. Nesta última encontra-se a maior de todas até ao momento identificada, um

auroque com aproximadamente um metro de comprimento mas, ao contrário das restantes, é uma figura incompleta, estando intencionalmente representada até pouco mais de metade<sup>14</sup>.

Por fim, se a fase 2 se caracteriza pela raridade, junto com a qualidade e naturalismos extremos nas representações<sup>15</sup>, a fase 3 assinala a “explosão” da arte paleolítica, a disseminação do acto de gravar por toda a paisagem. Esse parece ser mesmo o critério dominante nesta fase, a marcação da maioria dos espaços disponíveis. Esta ocupação parece ter alguma ordem, não sendo, aparentemente, completamente aleatória, havendo diferentes maneiras de agrupar as rochas gravadas: densos conjuntos concentrados em áreas pequenas; dispersão mais ou menos ordenada nas encostas ou vales, ou rochas isoladas que parecem servir de “marcadores” específicos (por exemplo, a rocha 29 da Ribeira de Piscos, a rocha 18 de Vale de Moinhos, ou a rocha 15 da Foz do Côa). Mas, de facto, a grande maioria dos sítios paleolíticos apresenta gravuras desta fase, as quais se dispersam de alto abaixo das encostas e do princípio ao fim dos vales, em todas as cotas possíveis, em acessos fáceis e difíceis. Também o preenchimento das superfícies pelas gravuras é muito variado, desde as superfícies com um só motivo aos painéis densamente preenchidos, havendo numerosos exemplos de todas as situações. Dentro do grupo das densamente preenchidas, a rocha 16 do Vale de José Esteves será talvez a mais conhecida (BAPTISTA 2008a), mas há muitas outras, como a rocha 10 da Penascosa, 23 da Quinta da Barca, 14 da Canada do Inferno, 52 e 103 da Foz do Côa, 1 da Vermelhosa, 7 do Vale de João Esquerdo, etc.. Entre as particularidades desta fase, é de notar a importância acrescida das representações de cervídeos e caprinos face a cavalos e auroques, a grande quantidade de peixes (a maioria dos peixes paleolíticos pertencem a esta fase, a julgar pelo uso recorrente do estriado), e o aparecimento de algumas figuras de tamanho diminuto, os “polegarzinhos”, que já referimos (REIS 2013: 48, 68).

Fazendo agora uma análise mais global da distribuição da arte paleolítica ao longo da região, vemos que, com excepção da Penascosa, todos os sítios com gravuras da fase mais antiga estão na margem esquerda do Côa. Nas fases mais recentes, embora aumentem os sítios na margem direita, mantém-se uma grande diferença quantitativa entre ambas as margens, na quantidade de sítios, rochas e figuras. Começando na Quinta da Barca e indo para Norte, vemos uma sucessão quase ininterrupta de grandes sítios paleolíticos até à foz do Côa, sempre na margem esquerda. Chegando ao Douro (o qual a partir da foz do Côa curva acentuadamente para Norte, fazendo uma sequência quase perfeita com a orientação do Côa), essa sequência de grandes sítios continua para jusante, do Vale de José Esteves até Vale de Cabrões. Continuando para jusante, a partir do Vale da Casa as gravuras paleolíticas diminuem fortemente, em quantidade e qualidade, apenas ressurgindo no último dos sítios na margem esquerda, o Vale Escuro.

Ainda na margem esquerda, e para montante da foz do Côa, os sítios paleolíticos surgem mais espaçados, com poucas rochas e, em regra, com poucas gravuras. Esta é uma situação similar à da margem direita do Douro (tanto para jusante como para montante da foz do Côa), onde é frequente haver “vazios” entre os sítios, e a quantidade de rochas e de motivos é reduzida<sup>16</sup>. Assim, resumindo, podemos dividir a distribuição da arte paleolítica em duas grandes áreas (não considerando agora o sector montante do rio Côa, da Quinta da Barca para Sul). Em primeiro lugar, a margem esquerda do Côa, entre a Quinta da Barca/Ribeira da Volta e a Foz do Côa, continuando

---

<sup>14</sup> Também na Foz do Côa, na rocha 143, se encontra um grande conjunto de traços incisos, formando diversos longos segmentos que poderão integrar pelo menos um animal indeterminado, notando-se partes que se poderiam interpretar como dorso, ventre ou patas, por vezes em traço simples, por vezes em contorno de traço múltiplo. Quer pelo estado da superfície, muito fracturada e degradada, quer pela indefinição na ligação entre estes diferentes conjuntos de traços, não temos a certeza de que seja realmente uma representação zoomórfica, até porque lhe parece faltar a cabeça. No entanto, se a nossa intuição estiver correcta, será a maior figura incisa de toda a arte do Côa, tendo aproximadamente dois metros de comprimento.

<sup>15</sup> Podemos considerar a fase 2 como a mais “artística” das três, aquela em que as qualidades intrínsecas dos gravadores e das suas representações é mais óbvia.

<sup>16</sup> Note-se que estes motivos não são necessariamente de menor qualidade ou originalidade, basta olhar para os excelentes exemplares no Vale Escuro, Vale de João Esquerdo, Cascalheira, Canada da Moreira, Canada do Arrovão, Lodão ou Ribeira do Arroio. Também na margem direita do Côa, para além da Penascosa, surgem excelentes motivos na Broeira ou Canada do Amendoal por exemplo.

na margem esquerda do Douro entre a Foz do Côa e Vale de Cabrões. Neste longo troço, de orientação quase contínua de Sul para Norte e onde a embocadura do Côa pouco se introduz como interrupção, vê-se uma sucessão quase contínua de sítios, tendo a maioria destes grande quantidade de rochas gravadas e de motivos. Em segundo lugar, a margem direita do Côa entre a Penascosa/Foz da Ribeirinha e a Foz do Côa, a margem esquerda do Douro para montante da Foz do Côa até à Canada da Meca, e toda a margem direita do Douro. Aqui, os sítios surgem muito mais espaçados, com poucas rochas gravadas e com poucos motivos.

Como exemplos, vejamos mais de perto os sítios da Quinta das Tulhas e da Cascalheira. A Quinta das Tulhas encontra-se na margem direita do Côa e na sua foz, sendo assim um dos dois sítios, com a Foz do Côa, que marcam a transição entre o Côa e o Douro, e que estão no epicentro da distribuição das gravuras das fases mais recentes. Ambos os sítios foram totalmente prospectados, ambos são afectados da mesma maneira pela barragem do Pocinho, e ambos têm densidades similares e elevadas de afloramentos e de superfícies verticais com boas ou razoáveis condições para serem gravados. No entanto, a Quinta das Tulhas tem uma área muito mais pequena do que a Foz do Côa, pelo que seria de esperar uma quantidade similarmente menor de afloramentos gravados. De facto assim é, mas a quantidade total de registos inventariados na Quinta das Tulhas (17) é mais baixo do que esperaríamos face à Foz do Côa (195). No entanto, comparando por cronologias, o número de rochas com gravuras da Idade do Ferro (10 contra 78), de Época Histórica (5 contra 48) e de cronologia indeterminada (4 contra 20) está dentro do que seria de esperar para aquela área e para aquela quantidade de afloramentos e superfícies verticais, é o número de rochas com gravuras paleolíticas que está abaixo do expectável (3 contra 99). Quanto à Cascalheira, situa-se na margem direita do Douro, quase em frente à foz do Côa, e é o maior dos sítios naquela margem do Douro e o único que, quantitativamente, se pode comparar com os grandes sítios das margens esquerdas do Côa e do Douro. Tem de momento 31 rochas inventariadas e parece-nos provável que outras tantas ou mais possam existir. A prospecção feita não foi sistemática, mas abrangeu já a maioria da área do sítio, e não foi selectiva, isto é, inventariou-se tudo aquilo que foi aparecendo, independentemente da qualidade e cronologia. Assim, sendo, é notória a diferença entre a quantidade de rochas paleolíticas, apenas 6, contra as 21 da Idade do Ferro, e essa diferença vai contra o que é a norma dos grandes sítios das margens esquerda do Côa e do Douro, onde os dois períodos se tendem a equivaler quantitativamente (casos da Foz do Côa, Vale de José Esteves, Vale de Cabrões, Bulha, Vale do Forno, Vale de Moinhos ou Ribeira das Cortes), ou o Paleolítico Superior domina quantitativamente face à Idade do Ferro (Ribeira de Piscos), a qual pode até nem estar representada (Quinta da Barca e Canada do Inferno).

Qual será a razão para esta evidente diferença nas características distributivas da arte paleolítica nestes dois sectores? Esta, seja qual for, parece ser essencialmente de cariz cultural, e não uma imposição natural<sup>17</sup>. É verdade que a área da margem esquerda do Côa e do Douro onde se concentram os grandes sítios paleolíticos apresenta, tendencialmente, mais afloramentos e com melhores superfícies que a restante área, mas a diferença não nos parece ser suficiente para explicar a discrepância. Ou seja, há afloramentos e boas superfícies em quantidade suficiente para equilibrar os números em quase toda a área de distribuição, se esse fosse o propósito. Esta peculiaridade distributiva parece ser intencional, decorrendo das escolhas dos locais para gravar ao longo de um vasto período temporal. Intencional poderá também ser o ressurgimento das gravuras, em quantidade e qualidade, no último sítio com as características ideais para as acolher na extremidade Norte e ocidental da região, o sítio do Vale Escuro, não sendo talvez coincidência que também aí se encontre a única gravura picotada (evidente) da fase antiga no Douro.

---

<sup>17</sup> Note-se que se trata de algo distinto da diferença de distribuição que se nota na maioria dos sítios em vale, como o Vale de José Esteves, Vale do Forno, Ribeira de Piscos, etc., onde há sempre muitas mais rochas gravadas de um dos lados face ao outro, e cuja explicação poderá ser de raiz natural (ver REIS 2011: 68-73). Para outras apreciações sobre estes temas, ver FERNANDES 2012b; AUBRY; LUÍS & DIMUCCIO 2012.

Passando à temática da arte paleolítica, a grande maioria dos motivos representados são cavalos, auroques, cervídeos e caprinos, e a prospeção feita ao longo de toda a área de distribuição da arte paleolítica confirma plenamente este dado, presente desde o início da investigação. Existem também algumas poucas camurças, tanto picotadas como incisas. Outro animal presente, raro mas não tanto como a camurça, é o peixe. Apenas se conhece um exemplar picotado da fase mais antiga, na Penascosa, sendo mais abundantes e amplamente distribuídas as figuras de peixe em traço filiforme, a maioria das quais com estriado preenchendo o interior do corpo. Sendo normal aparecerem em conjunto com outros motivos, são vários os casos em que as representações de peixes são exclusivas das rochas em que se inserem, como nas rochas 1 da Ribeira do Arroio ou 7 da Canada do Arroão, nesta com várias figuras, incluindo um grupo de três minúsculos peixes envolvidos num traço fechado ovalado, talvez uma cena de pesca. Mas é o quarteto dos quadrúpedes acima referidos que assume o principal papel simbólico no ideário paleolítico da região, e é de salientar que, durante milhares de anos, em toda a vigência da arte paleolítica, gerações sucessivas de gravadores paleolíticos, de forma que quase nos parece obsessiva, escolheram quase apenas estes quatro animais por entre a mais abundante fauna existente, representando-os com inúmeras *nuances* estilísticas e tipológicas nas quais, com alguma frequência, vemos luzir o génio do artista individual. As diferenças quantitativas são notórias. Numa primeira contagem, ainda longe de definitiva, as representações de cada uma das quatro principais espécies oscilam entre as duas e três centenas<sup>18</sup>, devendo estes números aumentar bastante em futuros inventários mais detalhados. As representações de peixes andam na ordem das quatro dezenas, e as camurças mal chegam à dezena.

As exceções a este reduzido bestiário são diminutas. Há uma evidente representação de ave no Vale de José Esteves e mais quatro possíveis, na Ribeira de Piscos, Ribeira da Cabreira, Vale de João Esquerdo e Vale de Cabrões; um eventual bisonte em Vale de Moinhos; três possíveis felinos, na Ribeira de Piscos, Quinta da Barca e Broeira; dois possíveis lagomorfos na Vermelhosa; um possível mustelídeo na Ribeira de Piscos. Não só é pouco como, com excepção da ave do Vale de José Esteves, são sempre figuras pouco definidas nos aspectos que permitem a sua identificação como espécie, deixando-nos sempre na dúvida se a interpretação estará correcta. Um pouco como se os gravadores paleolíticos não soubessem ou, mais provavelmente, não quisessem aplicar nestes outros animais o naturalismo e detalhe que aplicam na fauna “normal”.

Outro tipo de motivo são os signos, mais abundantes do que as impressões iniciais faziam supor (BAPTISTA 2008b: 108-113). Os signos picotados são extremamente raros, e resumem-se ao peculiar motivo em forma de ponte da rocha 1 de Vale de Figueira e, talvez, a pequenos conjuntos de pontos e a um ou outro pequeno traço isolado que poderão eventualmente assim ser interpretados, como na rocha 1 da Ribeira de Piscos. Mas os signos filiformes são já abundantes, ainda que sempre mais raros que as figuras zoomórficas. Alguns surgem a acompanhar figuras picotadas da fase antiga. Destes, muitos são simplesmente feixes de traços, como na rocha 3 da Penascosa, mas há outros mais elaborados, como os meandros ondulados da rocha 8 da Penascosa. Evidentemente, poderão ser adições posteriores, mas parece mais provável terem sido pensados para acompanhar as figuras picotadas naquelas rochas. Tem-se considerado, no entanto, que a maioria dos signos poderá ser de uma fase muito tardia, já até pós-glaciar, de um Azilense ainda pouco definido (BAPTISTA 2008a: 23). É possível que sim, mas há alguns detalhes que gostaríamos de assinalar. Por um lado, como vimos, há pelo menos um signo picotado que deverá pertencer à fase antiga, e parece natural que alguns dos signos incisos que acompanham figuras arcaicas tenham uma cronologia similar. Por outro lado, alguns dos melhores exemplares de signos, que surgem

---

<sup>18</sup> Estamos a incluir todas as representações distribuídas ao longo de toda a vigência da arte paleolítica do Côa, sem considerar as suas apreciáveis variações estilísticas e cronológicas. Estudos mais detalhados sobre os aspectos quantitativos e qualitativos destas representações, e das relações entre as diferentes espécies de animais, podem se encontrados em BAPTISTA; SANTOS & CORREIA 2006; 2008; 2009; SANTOS 2012.



em profusão nas rochas 4 e 16 de Vale de José Esteves<sup>19</sup>, por exemplo, não têm correspondência nas numerosas placas de arte móvel do Fariseu, onde os signos são poucos e de formas simples. Esta ausência pode ter, a nosso ver, três explicações possíveis: uma, que aqueles signos não faziam parte da iconografia desejada para as placas, mesmo sendo coevos destas; outra, que estes signos tão elaborados são posteriores às placas; por fim, a terceira e evidente possibilidade é que são anteriores às placas. Há algumas associações entre signos e outras figuras, ainda que em reduzido número, que sugerem esta última possibilidade. Na rocha 1 da Broeira um dos signos de maior dimensão que conhecemos na arte do Côa, uma longa linha ondulada segmentada com pequenos traços oblíquos e paralelos, surge com dois cavalos de aspecto antigo<sup>20</sup>. Outro signo de enorme dimensão, um longo segmento de círculo com 1,60 m de comprimento, acompanha o grande auroque da fase 2 da rocha 157 da Foz do Côa. Na rocha 14 da Foz do Côa, diversos longos e esbeltos meandros ondulados e um grande signo triangular acompanham alguns animais incisos de apreciáveis dimensões e que não parecem pertencer ao Magdalenense final. Na rocha 32 de Vale de Cabrões, um auroque que deverá pertencer a um Magdalenense pleno ou inicial, está directamente acompanhado por um complexo signo (SANTOS 2012: 60), embora haja uma diferença apreciável no tipo de traço aplicado no auroque e no signo, sugerindo autores diferentes. Por outro lado, se na rocha 16 do Vale de José Esteves os animais que acompanham os signos são datáveis do Magdalenense Final/Azilense, já alguns dos animais da rocha 4 do mesmo sítio nos parecem mais antigos, ainda que esta rocha seja difícil de analisar pela imensa profusão de traços e motivos que recobrem alguns dos seus painéis. Assim, no tocante aos signos, colocaríamos duas hipóteses: uma, como sugere António Martinho Baptista, que a maioria são de uma cronologia muito tardia, sendo colocados, intencionalmente ou não, a par de figuras anteriores; a outra, que nos parece mais provável, é que também os signos acompanham a longa evolução temporal da arte do Côa no Paleolítico Superior.

O último tipo de motivo paleolítico é a figura antropomórfica. São já bem conhecidas as figuras existentes em apenas três rochas, todas situadas relativamente perto umas das outras, na Ribeira de Piscos (rochas 2 e 24) e no Fariseu (rocha 8), havendo ainda duas placas do Fariseu que terão também figuras antropomórficas (BAPTISTA 2008b: 90-105). A prospecção tem confirmado a raridade deste tipo de figura, sem que se tenham identificado novas e evidentes figuras até ao momento. Parece-nos possível que na Foz do Côa possam existir mais algumas, nas rochas 148 e 170, situadas bastante perto uma da outra, e que já descrevemos com algum detalhe (BAPTISTA & REIS 2008: 84-85). Em ambos os casos, são figuras de interpretação difícil e, na rocha 148, a sua própria cronologia paleolítica não é inteiramente clara, embora nos pareça o mais provável.

Para terminar com a arte paleolítica, vejamos rapidamente uma questão de ordem quantitativa, uma estimativa da frequência de gravação nas diferentes fases. É uma estimativa necessariamente grosseira, pois não sabemos com rigor os limites temporais de cada fase nem a quantidade total de motivos realizados em cada. Também não pretendemos com isto afirmar que havia uma periodicidade regular na realização de gravuras. Não é possível saber o que determinava a sua realização, por quem, em que moldes, quantas de cada vez, se era um feito periódico segundo regras estabelecidas, se obedeceria a “impulsos” determinados por eventos mais ou menos aleatórios, ou se seria um misto de ambos. No entanto, uma primeira ideia quantitativa pode dar algumas pistas sobre estes assuntos. Por outro lado, uma vez que a nossa mente tem alguma dificuldade em perceber o longo tempo do Paleolítico, a abundância de sítios e de registos gravados na região do Côa dá por vezes a ideia de uma legião de gravadores muito atarefados, pelo que naturalmente,

<sup>19</sup> Consistem em figuras diversas, bastante elaboradas, havendo sinais em forma de espiga, triângulos barbelados (representações esquemáticas do sexo feminino?), ou figuras reticuladas de imensa densidade de traços e altamente complexas, entre outras (cf. BAPTISTA 2008a).

<sup>20</sup> Na mesma rocha surgem também figuras incisas estriadas da fase 3, sendo difícil afirmar com segurança com quais se relaciona o signo, mas essas estão em posição secundária e afastadas do signo, parecendo, intuitivamente, mais provável uma relação do signo com os dois cavalos mais antigos.

é preciso relativizar temporalmente esta actividade. Assim, juntando os dados actuais, e começando pelos limites temporais, a fase 1 é, como vimos, atribuída ao Gravettense e Solutrense inicial. O aparecimento de quatro picos cuja funcionalidade seria a de fazer gravuras no sítio da Olga Grande 4 poderá remontar o início desta fase para perto dos 30.000 BP (cf. SANTOS 2012: 43), e o seu término poderá andar perto dos 20.000 BP, tendo em conta os dados estratigráficos da escavação do Fariseu. A ser assim, poderíamos considerar uma duração da fase 1 na ordem dos 10.000 anos. Mesmo que tal seja exagero, dificilmente poderemos considerar uma duração inferior a 5000 anos. Quanto à fase 2, atribuída ao Solutrense Final e Magdalenense inicial e pleno, não sabemos se há algum hiato entre o seu início e o término da fase 1, mas podemos, como extensão máxima, delimitá-la entre 20.000 e 12.000 BP (até ao início da fase 3), numa duração na ordem de 8000 anos, sendo possível que possa ser mais curta, talvez até 5000 anos de duração. Por fim, e como vimos, os dados actuais sugerem que a fase 3 se concentre entre 12.000 e 10.000 BP, numa duração na ordem dos 2000 anos. Quanto ao inventário de motivos, de momento estão cerca de 500 motivos da fase 1 inventariados, dispersos por várias dezenas de rochas em cerca de uma dezena de sítios. Tendo em conta que haverá bastantes debaixo de água à espera de serem descobertos, e que muitos outros terão sido destruídos, não surpreenderia que o número original pudesse rondar os mil motivos. As fases 2 e 3, menos estudadas, são mais difíceis de contabilizar. A fase 2 tem poucos motivos, e não tendo uma contabilidade bem estabelecida, estimamos no entanto que haja poucas centenas de motivos (quase de certeza será um número bastante inferior a 500), dispersos por cerca de uma vintena de sítios em poucas dezenas de rochas. Por fim, a fase 3, também sem dados rigorosos, é mais fácil de estimar. Os motivos dispersam-se por mais de quarenta sítios e por algumas centenas de rochas, e a actual quantidade total rondará os 2000 motivos.

Assim, vemos que nas fases 1 e 2 a frequência de gravação é muito baixa, e que nunca poderia haver uma periodicidade anual no acto de gravação. Apenas na fase 3 tal seria teoricamente possível mas, considerando os números referidos, parece igualmente improvável. Sendo quase certo que, com as mudanças culturais ao longo do paleolítico, as motivações e eventos que determinavam a realização de gravuras deverão ter variado, o que é nítido, e está plenamente de acordo com as ideias vigentes sobre a arte paleolítica no seu conjunto, é que o acto de gravação surge como algo de excepcional na vida paleolítica, e nem mesmo a maior abundância da fase 3 refuta esta imagem. Sendo esta raridade um dado adquirido, a persistente e teimosa manutenção dos cânones globais da arte paleolítica, ao longo de milhares de anos e num vastíssimo território em toda a Europa, é bem demonstrativa da sua fulcral importância para as populações coevas. O significado e importância da arte não se esgotava no momento da sua realização, era cuidadosamente mantido e transmitido, sendo perfeitamente plausível que pudesse ter havido largos períodos, de uma ou mais gerações, sem realização de novos motivos, sendo os seus significados mantidos através da memória e da visualização dos já existentes. No caso da região do Côa, esse ciclo de manutenção através do já existente e a sua renovação pela junção de novas imagens faz-se num longuíssimo tempo, que rondará os 20.000 anos.

Passando à arte rupestre da Pré-história Recente (ver também REIS 2011: 76-78), esta é a menos abundante na região do Côa, na quantidade de sítios e no número de registos. A sua distribuição territorial é irregular, sem a densa continuidade de sítios que caracteriza os outros períodos. Mas é também a mais heterogénea e variada das épocas aqui representadas, reflectindo o longo período que abarca, desde o fim da glaciação até aos alvares do I milénio a.C., com as acentuadas mudanças que ocorrem nesse amplo espaço de tempo e ainda, provavelmente, as diferentes funcionalidades e atributos de determinados tipos de gravuras, como as covinhas ou as gravuras lineares do tipo “unhadas do diabo”. Para esta variedade contribui ainda o facto de ser apenas neste período que se usa com alguma regularidade a pintura, a par com diferentes técnicas de gravação.

A distribuição dos motivos deste período estende-se pelo Côa e pelo Douro, se bem que com um evidente predomínio do primeiro face ao segundo, 19 sítios contra 6. Quanto aos três sítios localizados no Vale da Veiga, todos pertencem à Pré-história Recente, e contribuem largamente para a heterogeneidade deste período, os Tambores apresentando três rochas com covinhas, o Cruzeiro Velho estelas decoradas, e a Vinagreira pedras soltas e deslocadas, com motivos presumivelmente pré-históricos. Estes três sítios devem reflectir a riqueza arqueológica do Vale da Veiga na Pré-história Recente, um lugar amplo e bem apropriado para a agricultura e vivência humana. Olhando de novo para o Côa e Douro, a distribuição dos seus sítios aparenta à primeira vista uma certa desordem, com alguns possíveis agrupamentos, e outros sítios aparecendo a espaço. No entanto, se olharmos com alguma atenção para os diferentes tipos de motivos e fizermos o exercício de os tentar seriar cronologicamente, podemos entrever, aqui e ali, alguma ordem na sua distribuição. No caso do rio Douro, esta análise é fortemente prejudicada pela existência da albufeira do Pocinho pois, mais do que os restantes períodos, a Pré-história Recente poderá ter sido muito afectada pela subida das águas, e os amplos terraços do Douro parecem particularmente propícios à existência de gravuras deste período (cf. REIS 2011: 78).

Antes deste exercício, separemos desta análise os grupos das covinhas e das unhadas do diabo. Embora os consideremos pré-históricos, essa é uma atribuição hipotética e difícil de provar, ainda que plausível. As rochas com covinhas, nos sítios dos Tambores, Fumo, São Gabriel, Cavalaria e Ponto da Serra, aparecem sempre em zonas elevadas e planálticas e, em todos estes sítios, directamente associadas a habitats da Pré-história Recente, todos com cerâmicas manuais e outros tipos de materiais característicos, como mós manuais e outros, o que constitui a principal razão para considerarmos as covinhas associadas dentro deste período. Em casos menos evidentes, como por exemplo as covinhas da rocha 2 da Ribeira da Volta ou o grupo de rochas do Alto das Malhadas, a falta de uma associação contextual no primeiro caso e a existência de dois contextos cronológicos possíveis no segundo (Pré-história Recente e Idade do Ferro) leva-nos a preferir considerá-las de cronologia indeterminada. A análise dos sítios arqueológicos a que estão associadas sugere, de forma geral, uma cronologia tardia para as covinhas, essencialmente do III e II milénios. No entanto, os dados são ainda muito escassos a este nível. Por um lado, o conhecimento dos sítios arqueológicos em causa é muito reduzido, apenas o Fumo foi escavado e os restantes são analisados exclusivamente pelos seus materiais de superfície. Por outro lado, ainda não se fez uma prospeccção dedicada a este tipo de sítio e de localização, ou seja, falta prospectar os entornos dos muitos sítios com ocupação pré-histórica conhecidos na região, nas suas diversas cronologias (do Epipaleolítico à Idade do Bronze), a ver se surgem mais rochas com covinhas (o que nos parece bastante provável), e se algum tipo de padrão se forma, quer a nível da implantação, quer a nível da cronologia.

As unhadas do diabo concentram-se em apenas três sítios: oito rochas no Vale da Casa, duas rochas em Vale de Figueira, e a rocha 29 da Canada do Inferno. Estas gravuras não figurativas tão peculiares aguardam ainda por um estudo mais detalhado que permita aclarar melhor a sua funcionalidade e cronologia. São conhecidos pela Europa diversos conjuntos e exemplares destas gravuras, atribuíveis a diferentes cronologias, do Paleolítico Superior à Época Moderna. No entanto, as unhadas do diabo da região do Côa inserem-se num grupo regional muito próprio e coeso, ao longo do vale superior do Douro, a partir pelo menos do rio Tua e prolongando-se até à fronteira (cf. SANCHES & TEIXEIRA 2013). Na região central de Portugal existem algumas poucas rochas com motivos similares, como por exemplo a Pedra das Letras, em Proença-a-Nova, (HENRIQUES & CANINAS 2009). Com os dados actuais, é a região do Douro que parece ser a sua região preferencial, com grandes quantidades de exemplares ao longo de uma vasta zona e em ambos os lados do rio Douro (com maior ênfase na margem Norte, sendo o grupo do Côa uma das poucas excepções a Sul). É de relevar a recente inventariação de uma quantidade significativa de novas rochas com

este tipo de representações no vale do Sabor (XAVIER, Pedro, *et alii*, no prelo). Não é só a repetição do tipo de gravura que torna este conjunto um grupo muito homogéneo e reconhecível, é sobretudo a sua inserção paisagística. Nesta região são invariavelmente em rochas de xisto, sempre nas proximidades de linhas de água, num tipo de implantação muito própria. Os suportes escolhidos variam entre painéis horizontais, verticais ou oblíquos, mas uma implantação preferida e típica é em abrigos em “fenda”, normalmente pouco profundos, sobre o baixo e compridos, de que o da Foz do Tua, as Fragas do Diabo em Mogadouro, ou a rocha 27 do Vale da Casa são exemplos.

Tem-se argumentado que a sua existência se poderá dever a uma finalidade puramente funcional, nomeadamente serem os vestígios de actividades de polimento ou afiamento de armas, sendo conhecidos paralelos modernos para tais práticas. Francisco Henriques e João Caninas (2009: 13, 15) pronunciam-se em desfavor da tese funcional, com alguns argumentos que partilhamos, e a que podemos juntar alguns mais. A arqueologia experimental poderá dar uma melhor resposta a este aspecto, mas parece-nos duvidoso que os xistos onde sempre se encontram sejam um bom suporte para este tipo de utilização, por contraste, por exemplo, com as superfícies abrasivas dos granitos, de onde estas gravuras estão conspicuamente ausentes. As excepções são gravuras de aspecto similar mas claramente recentes, como as que se encontram nos afloramentos graníticos da Faia junto a moinhos modernos. Parece-nos significativo que nenhuma gravura deste tipo tenha sido encontrada nos afloramentos xistosos em torno dos numerosos moinhos da região do Côa, vários dos quais foram já prospectados. A excepção poderia ser a rocha 29 da Canada do Inferno, mas a opinião de quem as viu na altura é que estas também estão fortemente patinadas, devendo ser antigas<sup>21</sup>. Mas também, por exemplo, a ausência destas gravuras, até este momento, de contextos de habitat (pré-históricos ou outros), onde seria natural que existissem se tivessem meramente um aspecto funcional<sup>22</sup>, e a sua implantação segundo cânones paisagísticos muito particulares, como vimos. Por fim, nalgumas situações, a localização específica das gravuras no afloramento não obedece a critérios funcionais. Por exemplo, na rocha 27 do Vale da Casa estão localizadas muito perto da parede, numa localização pouco prática e com zonas melhores ao lado. Na rocha 1 de Vale de Figueira, o principal conjunto de unhadas está a cerca de dois metros de altura acima do solo, localização estranha para afiar instrumentos, sobretudo porque o próprio painel oferece alternativas e alturas bem mais funcionais (e onde se encontram gravuras paleolíticas e da Pré-história Recente)<sup>23</sup>. Pensamos assim que é mais provável um papel ritual na realização destas gravuras, talvez resultantes de acções repetidas no tempo de fricção de um instrumento afiado, recorrentemente nos mesmos sítios e sobre os vestígios deixados por acções similares anteriores.

Quanto à sua cronologia, é uma questão que continua em aberto. Têm sido tradicionalmente consideradas como pertencendo à Pré-história Recente (ver, por exemplo, BAPTISTA 1983: 65, 68), mas sem argumentos claros. Os autores dos recentes estudos no vale do Sabor sugerem uma cronologia da Idade do Ferro para estas gravuras, baseando-se nas proximidades e relações visuais de algumas das rochas com dois sítios da Idade do Ferro, e na sua comparação com exemplares inventariados na região da Cerdanha, nos Pirinéus Orientais, onde são considerados como pertencentes àquele período. Os mesmos autores, no entanto, admitem terem reservas quanto a esta hipótese (XAVIER, Pedro, *et alii*, no prelo). Recentemente, a propósito do abrigo da Foz do Tua, Maria de Jesus Sanches e Joana de Castro Teixeira argumentam em favor de uma origem paleolítica destas gravuras, possivelmente prosseguindo para o Epipaleolítico ou Neolítico Antigo, retomando propostas anteriores de Maria de Jesus Sanches ou Mário Varela Gomes (SANCHES & TEIXEIRA 2013: 63-64). A argumentação segue essencialmente dois pontos: em primeiro lugar,

<sup>21</sup> Agradecemos a informação a Carla Magalhães, do PAVC, que em 1995 integrou a equipa que escavou o abrigo da rocha 29, que estava integralmente coberto por sedimentos recentes da barragem do Pocinho.

<sup>22</sup> O exemplo do Castanheiro do Vento, que referiremos a seguir, não parece obedecer a critérios funcionais.

<sup>23</sup> Também no Vale do Sabor se encontra uma rocha com unhadas do diabo situadas entre dois e três metros de altura acima do solo (XAVIER, Pedro, *et alii*, no prelo).

o abrigo da Foz do Tua tem uma longa diacronia de gravuras e pinturas rupestres, dos inícios do Paleolítico Superior ao Neolítico, e as autoras consideram que o vasto conjunto de painéis gravados com múltiplas unhas não se deve dissociar dos restantes motivos do abrigo; por outro lado, consideram que os motivos abstractos são muito frequentes na arte paleolítica e comparam estes motivos com os que surgem em algumas grutas asturianas, nomeadamente em La Viña ou El Conde, onde surgem gravuras lineares similares às unhas do diabo e que estão bem datadas por contexto estratigráfico do Aurinhacense, nos primórdios do Paleolítico Superior (FORTEA PÉREZ 2001).

A hipótese paleolítica aparece com naturalidade e deve ser tomada em consideração, sobretudo tendo em conta a evidente similitude entre aquelas gravuras paleolíticas asturianas e as unhas do diabo da região do Douro. Podemos ainda acrescentar um outro argumento em favor desta hipótese, e que é o facto de as comparações estilísticas entre a arte paleolítica do Côa e a outras regiões peninsulares sugerirem a existência de uma forte correlação precisamente entre as Astúrias e a região do Côa (SANTOS 2012: 45-46), ligação essa que se poderia provavelmente estender a toda a bacia do Douro e ainda à zona central de Portugal, tendo em conta a distribuição dos sítios paleolíticos de ar livre conhecidos (BAPTISTA 2008b: 190-229).

No entanto, como no tocante à cronologia das gravuras tipo unhas do diabo nos mantemos ainda em campos hipotéticos, pensamos que a hipótese paleolítica não é a única possível, e uma cronologia da Pré-história pós-glaciar é inteiramente plausível e provável.

As semelhanças entre aquelas gravuras aurinhacenses das Astúrias e as unhas do diabo em Portugal são notáveis, mas a comparação estilística deve ser feita com prudência, particularmente neste caso de gravuras não figurativas, resultantes de um gesto simples e repetitivo no tempo. Motivos similares e com desígnios variados existem em outras zonas e com cronologias diferentes (ver HENRIQUES & CANINAS 2009 para alguns exemplos).

Na maioria dos casos, os exemplares conhecidos destas gravuras em Portugal surgem aparentemente dissociados de outros vestígios de arte rupestre ou de vestígios de ocupação humana, sendo difíceis de correlacionar. Mas já se conhecem alguns casos de coabitação espacial com motivos, gravados ou pintados, de diferentes cronologias, e podemos tentar ver qual será a relação mais provável. No abrigo da Foz do Tua existem gravuras paleolíticas de duas fases: Gravettense/Solutrense, e Magdalenense Final/Azilense, e num outro painel existem também motivos pintados típicos da arte esquemática peninsular, de provável cronologia neolítica (SANCHES & TEIXEIRA 2013). Em Trás-os-Montes, conhecem-se recentemente mais alguns abrigos com unhas do diabo e pinturas esquemáticas da Pré-história Recente, nomeadamente nas Fragas do Diabo (SANCHES & TEIXEIRA 2013: 64, Nota 4) e em dois dos abrigos no Vale do Sabor (XAVIER, Pedro, *et alii*, no prelo). Na região do Côa, as unhas do diabo nos três sítios compartilham o espaço com motivos paleolíticos e também da Pré-história Recente (mas não da Idade do Ferro, presente apenas no Vale da Casa). Mas aqui podemos ver com mais alguma atenção. Na Canada do Inferno, a rocha 29 está na proximidade de numerosas rochas paleolíticas e de algumas poucas com motivos gravados da Pré-história Recente. Em Vale de Figueira existem várias rochas paleolíticas dispersas pelo sítio, mas as unhas do diabo encontram-se na rocha 1, partilhando o espaço com numerosas gravuras paleolíticas e algumas gravuras da Pré-história Recente, e também na rocha 3, onde o painel gravado com unhas se junta a cinco outros painéis com pinturas esquemáticas. No Vale da Casa temos de dividir o sítio em duas partes distintas. A meio do vale, as unhas da rocha 27 estão imediatamente atrás das gravuras esquemáticas da rocha 28, enquanto que as gravuras paleolíticas das rochas 26 e 29 estão mais afastadas e não são directamente visíveis. No terraço fluvial sobre o Douro, as várias rochas com unhas do diabo associam-se a também numerosas rochas com gravuras esquemáticas da Pré-história Recente, mas de momento, no terraço, não são conhecidas gravuras paleolíticas (ver REIS 2013: 13).

Vemos assim que, com os dados actuais, parece haver muito maior proximidade e correlação entre unhas do diabo e motivos diversos, gravados ou pintados, da Pré-história Recente, e menos com arte paleolítica. Aliás, de momento, e com a excepção do abrigo da Foz do Tua e dos três sítios da região do Côa, não surgem mais coincidências entre implantação de arte paleolítica e de unhas do diabo, apesar da razoável quantidade de sítios com ambos os tipos de gravuras. No caso da região do Côa, note-se que não é difícil haver proximidade espacial entre um qualquer motivo de qualquer época e gravuras paleolíticas, uma vez que estas últimas se encontram um pouco por toda a parte. O mesmo não é verdade para motivos da Pré-história Recente, bastante mais raros e espaçados, e pode-se considerar notável que todas as gravuras tipo unhas do diabo conhecidas até ao momento coexistam com motivos pré-históricos. Da mesma forma, a abundância paleolítica na região do Côa não corresponde à raridade das unhas do diabo.

Olhando com mais detalhe, podemos referir mais dois factores que sugerem também uma cronologia pós-glaciar para estas gravuras. Em primeiro lugar, no abrigo da Foz do Tua, um dos principais painéis gravados agrupa um avultado conjunto de covinhas por um lado e de unhas do diabo por outro. Maria de Jesus Sanches e Joana Teixeira desmontaram a sequência estratigráfica da realização destes motivos, concluindo que unhas e covinhas se vão sobrepondo mutuamente, ora umas ora outras, sendo algumas covinhas os primeiros motivos a serem feitos (SANCHES & TEIXEIRA 2013: 62). Ou seja, pelo menos naquele painel, covinhas e unhas pertencem a uma mesma fase cultural e cronológica (de duração indeterminada). As covinhas, sendo um tipo de motivo extraordinariamente abundante por toda a Europa, são raríssimas em contextos paleolíticos<sup>24</sup>, mas muito frequentes na Pré-história Recente. Por outro lado, na rocha 1 de Vale de Figueira, no principal painel com unhas do diabo dentro desta enorme rocha, surge uma unha um tanto apartada das restantes e que se sobrepõe à cabeça de uma gravura de um cervídeo paleolítico de traço múltiplo que, pelo estilo, pertence à fase final da arte paleolítica do Côa, do Magdalenense Final/Azilense<sup>25</sup>.

Estes factores sugerem, a nosso ver, uma maior probabilidade de as gravuras lineares do tipo “unhas do diabo” terem uma cronologia pós-glaciar. Claramente, não são argumentos decisivos, e a incerteza continua. Podemos juntar um último argumento, desta feita de cariz inteiramente pessoal e subjectivo. Quando olhamos para o conjunto destas gravuras ao longo do vale do Douro, reconhecemos algo extremamente coeso e homogéneo, quer na maneira como se implantam na paisagem, quer na maneira como se dispõem nas rochas e se oferecem ao olhar. Não é por acaso que utilizamos preferencialmente a expressão “unhas do diabo”, em detrimento de designações mais técnicas como “gravuras lineares” ou “gravuras fusiformes”. Estas serão adequadas para designar este tipo de gravuras em geral, em toda a sua amplitude cronológica e diversidade simbólico/funcional, mas a associação popular na região duriense destas gravuras a algo de maléfico tem também a ver com o facto de serem muito facilmente reconhecíveis e identificadas como algo de diferente, não sendo confundidas por esta mesma população com gravuras em tudo similares feitas em contextos modernos resultantes do afiamento ou polimento de instrumentos metálicos. Mas esta evidente homogeneidade deste grupo de gravuras parece-nos pouco compatível com a sua realização ao longo de um tempo muito alargado e, sobretudo, culturalmente muito diverso. Note-se como as gravuras lineares recentes são também arqueologicamente facilmente reconhecíveis como tal, não se confundindo com as típicas unhas do diabo (também no vale do Sabor isso acontece com uma das rochas inventariadas, ver XAVIER, Pedro, *et alii*, no prelo). Nada haveria de

<sup>24</sup> Por exemplo, são absolutamente episódicas na região do Ariège em França (VIALOU 1986: 347). Na região do Côa há um único caso em que covinhas e gravuras paleolíticas se juntam na mesma rocha (mas não nos mesmos painéis), na rocha 28 da Canada do Inferno, o que parece manifestamente insuficiente para se associar covinhas e arte paleolítica, sendo provável que também as da rocha 28 sejam pós-glaciares.

<sup>25</sup> Embora as imagens publicadas não tenham resolução suficiente para termos certezas sobre sobreposições, o mesmo pode acontecer no painel 7 do abrigo da Foz do Tua, em que um conjunto de unhas do diabo se parecem sobrepor a figuras incisais que serão representações de peixes, datáveis do Magdalenense Final/Azilense (SANCHES & TEIXEIRA 2013: 62, 67, Figs 7, 8).

implausível em haver gravação deste tipo de motivos (não figurativos e resultantes de um gesto repetitivo e, como tal, estilisticamente indistinguíveis), ao longo de um tempo muito alargado, do Paleolítico Superior à Idade do Ferro. Mas então deveria também haver variações mais acentuadas na implantação espacial e paisagística, na escolha dos suportes, ou na organização e disposição dos traços nos painéis. Assim, parece-nos muito mais provável que este conjunto regional de gravuras se insira dentro de um tempo cultural mais curto. Peguemos num último exemplo, um dos poucos casos conhecidos de gravuras do tipo unhas do diabo encontradas em contexto arqueológico, no recinto pré-histórico do Castanheiro do Vento em Vila Nova de Foz Côa. É um pequeno bloco de xisto que foi retirado já gravado do seu afloramento original, localizado algures fora do sítio arqueológico<sup>26</sup>, e colocado num corredor de passagem, no âmbito da complexa arquitectura deste sítio. Na mesma área e no mesmo contexto arquitectónico surgiram três outras pedras de xisto com gravuras: uma laje com algumas covinhas, e duas pedras com traços incisivos sub-paralelos não figurativos (CARDOSO 2007: 288; VALE 2011: 53-55). Tendo em conta a imensa amplitude dos trabalhos de escavação já realizados neste sítio e o facto de se terem encontrado pouquíssimas pedras gravadas, não pode ser considerado coincidência que surjam logo quatro num espaço coerente e restrito. Desta forma, e independentemente das razões por detrás<sup>27</sup>, parece claro que houve intencionalidade no acto de ir buscar aquelas pedras gravadas, nomeadamente a pedra com unhas do diabo, que veio de fora do sítio. Parece mais provável que isso suceda com algo que estivesse cultural e temporalmente mais próximo da população que ocupou o Castanheiro do Vento no III milénio a.C..

Assim, como hipótese, propomos que as gravuras lineares do tipo unhas do diabo da região do Douro Superior (eventualmente também as da região centro de Portugal) tenham uma cronologia pós-glaciar, provavelmente dentro do Epipaleolítico/Neolítico, prolongando-se talvez ao III milénio a.C., no Calcolítico. Parece-nos improvável que recuem ao Paleolítico Superior, mas admitimos como possibilidade que se possam prolongar para o II ou mesmo I milénio a.C., ainda que tal também se nos afigure implausível. Esperemos que a investigação futura possa trazer dados mais concretos, que permitam confirmar ou refutar esta e outras hipóteses.

Mudando de assunto, um aspecto interessante da região do Côa na Pré-história Recente é a junção, na mesma área e nos mesmos espaços, de motivos gravados e pintados. Ainda que a gravura domine quantitativamente sobre a pintura, o domínio não é esmagador, e as técnicas tendem a equivaler-se. Não sendo inédito, este não é um aspecto muito frequente na arte pré-histórica, onde numa dada região normalmente domina uma das técnicas, sendo a outra ausente ou episódica. Nesta região há alguns sítios onde surgem ambas as técnicas, como na Ribeira de Piscos, Vale de Figueira, São Gabriel ou Lapas Cabreiras. Por vezes, gravuras e pinturas partilham até a mesma rocha, como no caso da rocha 3 da Ribeira da Cabreira (unhas do diabo e pinturas esquemáticas), da rocha 4 da Ribeira de Piscos (uma pequena mancha pintada e um antropomorfo esquemático gravado) ou do abrigo das Lapas Cabreiras (dois painéis pintados e dois painéis gravados, sempre com motivos esquemáticos). Diga-se que, nestes exemplos, gravuras e pinturas partilham o afloramento mas em painéis separados. Por outro lado, há determinados tipos e estilos de motivos que podem aparecer simultaneamente em pintura e gravura, mas há outros tipos que aparecem exclusivamente ou em pintura ou em gravura, sugerindo que as duas técnicas têm uma evolução complexa, por vezes convergindo, por vezes divergindo.

Quase todos os motivos pintados surgem em pigmento vermelho, cuja “vivacidade” actual varia consideravelmente com o estado de conservação. No entanto, na maioria dos casos, a tonalidade original seria um vermelho vivo, como ainda se encontra nalguns motivos da Faia, Ribeira de

<sup>26</sup> Agradecemos esta informação a João Muralha Cardoso, um dos principais responsáveis pela intervenção arqueológica neste monumental sítio, que confirma que aquela pedra com unhas do diabo é de um tipo de xisto que não se encontra dentro da área do sítio arqueológico.

<sup>27</sup> É de notar que todas as quatro pedras têm gravuras não figurativas resultantes de gestos repetitivos.

Piscos, Ervideiro ou Vale de Videiro. Há um só motivo pintado em branco, no abrigo do Poço Torto, e há a referência à existência de um círculo pintado a negro na rocha 14 da Ribeira de Piscos<sup>28</sup>. Um caso interessante é o do painel principal do abrigo das Lapas Cabreiras, onde se distinguem claramente pelo menos três tipos diferentes de pigmentos nas suas diversas figuras: vermelho vivo; vinho escuro e alaranjado claro.

Nas gravuras, a técnica absolutamente dominante é a picotagem, com um único motivo diferente, que é o antropomorfo da rocha 17 da Penascosa. Curiosamente, este mistura duas técnicas distintas na mesma figura, a incisão e a raspagem, sendo esta usada para preencher o corpo, um pouco à maneira de pintura, sendo assim mais um factor, a par do estilo, a aproximar esta figura dos antropomorfos pintados das rochas 3 e 5 da Faia. É de notar a ausência de motivos figurativos feitos ou retocados com a técnica da abrasão. Quanto à técnica da picotagem, difere bastante da típica picotagem paleolítica, que procura obter traços contínuos com picotagens repetidas, em que os pontos individuais são quase totalmente obliterados, notando-se apenas nos bordos do traço e nalguns isolados que possam ter subsistido. Pelo contrário, a picotagem da Pré-história Recente é feita com a técnica do “bago de arroz”, em que os pontos vão surgindo mais espaçados uns em relação aos outros, raramente se fundindo em picotagem totalmente contínua. Esta diferença tão clara entre a picotagem paleolítica e pós-glaciar ajuda a colocar cronologicamente algumas figuras estilisticamente mais dúbias, como por exemplo a estranha figura animal da rocha 18 da Quinta da Barca, o grande veado da rocha 1 de Vale de Cabrões (cujo naturalismo poderia remeter para a época paleolítica, mas cujo estilo e técnica remetem mais para momentos pós-glaciares) ou ainda os dois peixes da rocha 36 da Canada do Inferno, estilisticamente difíceis de distinguir de congéneres paleolíticos, mas com uma técnica de picotagem em “bago de arroz” muito típica. No tocante às figuras animais, por vezes a picotagem limita-se a definir os contornos das figuras, como sucede no animal da rocha 18 da Quinta da Barca, ou nos caprinos das rochas 3 e 4 da Quinta da Barca e do sector direito da rocha 1 de Vale de Figueira mas, mais frequentemente invade o corpo das figuras, como nos veados das rochas 1 de Vale de Cabrões, 7 e 23 da Quinta da Barca ou 33 da Canada do Inferno, no possível caprino do sector central da rocha 1 de Vale de Figueira, ou nas várias figuras da rocha 36 da Canada do Inferno. Ainda nesta rocha, os seus três caprinos apresentam uma particularidade técnica para já única<sup>29</sup>, em que as cabeças e pescoços das figuras são totalmente preenchidos com picotagens intensas que obliteram por completo a superfície original naquelas áreas em particular. Por fim, podemos ainda diferenciar dois tipos de técnica de “bago de arroz”: uma feita com pontos picotados grandes, profundos e relativamente espaçados, e outra mais delicada, feita com pontos mais pequenos e tendencialmente mais contínuos. A primeira surge precisamente nas figuras animais que referimos, enquanto que a segunda é mais típica das figuras antropomórficas. Esta diferença não se deverá só às diferenças temáticas, deve reflectir também uma evolução cronológica, com as figuras animais, em regra, a serem mais antigas que as figuras humanas.

Olhando agora para as pinturas, podemos claramente separá-las em pelo menos dois grupos distintos. Em primeiro lugar, o grupo mais abundante e que se integra na chamada arte esquemática peninsular, em que os motivos mais frequentes são as pequenas figuras antropomórficas, muito esquematizadas, acompanhadas de algumas figuras abstractas. Existem representações solares, nomeadamente no Ervideiro e no Poço Torto, e as Lapas Cabreiras têm um tema ausente nas restantes rochas, a representação da mão. A cronologia destas figuras andarà no Neolítico, possivelmente prolongando-se para o Calcolítico ou seja, *grosso modo*, entre os VI/V e o III milé-

<sup>28</sup> Ver BAPTISTA & REIS 2009: 168. A existência deste círculo foi-nos comunicada por Fernando Barbosa, do PAVC, que o viu em 1995, e junto com o qual já tentamos reencontrar esta figura, mas estava numa zona bastante degradada do painel e parece ter desaparecido por completo.

<sup>29</sup> Única, entenda-se, na região do Côa, pois há bons paralelos para este particularismo estilístico noutros lugares, como nos animais da arte do Tejo, incluindo a bem conhecida rocha F – 155 (cf. BAPTISTA 1981).



nios a.C.. Algumas raras figuras gravadas integram-se tipologicamente neste grupo, como o antropomorfo da rocha 4 da Ribeira de Piscos (BAPTISTA 1999: 161), ou os dois antropomorfos das Lapas Cabreiras. O outro grupo é muito mais reduzido, estando quase circunscrito ao sítio da Faia (e talvez também no Ervideiro), e consiste nas grandes figuras antropomórficas das rochas 3, 5 e 8, de corpos compridos e estreitos, com longos braços e pernas. O antropomorfo inciso e raspado da rocha 17 da Penascosa é muito parecido, e deve inserir-se também neste último grupo de motivos (cf. BAPTISTA 1999: 112-113; 158). Este conjunto de figuras tem um estilo subnaturalista distinto da típica arte esquemática pintada, e tem-se sugerido a possibilidade de terem uma cronologia muito recuada, no Epipaleolítico (ver, entre outros, ALVES 2003: 356-360; Bueno Ramírez, Balbín Behrmann & Alcolea González 2009: 276-277). É ainda de relevar a quase ausência de animais pintados, com excepção dos bóvidos da rocha 1 da Faia. Estes são três, dois bem conhecidos, no painel direito da rocha e frontal ao rio (BAPTISTA 1999: 159), e um terceiro num painel central perpendicular ao rio. Este é uma pequena figura muito esquematizada, ao lado e directamente associada a um pequeno antropomorfo pintado, integrando-se assim na típica arte esquemática. Mais difíceis de enquadrar são os outros dois. As suas longas e esbeltas patas aparentam-nos com as figuras gravadas subnaturalistas, como o veado da rocha 1 de Vale de Cabrões, mas o seu corpo, mais atarracado e um pouco menos naturalista recorda outras figuras animais tendencialmente mais “esquematizadas”, como por exemplo o possível caprino do sector central da rocha 1 de Vale de Figueira. Seja como for, estes paralelos parecem remeter estas figuras para tempos anteriores às restantes figuras pintadas, dentro de um estilo subnaturalista talvez coevo das figuras antropomórficas atrás referidas.

Passando às gravuras, podemos agrupar alguns tipos diferentes de motivos. Em primeiro lugar, as figuras animais, começando por um grupo de figuras muito esbeltas e tendencialmente naturalistas, ainda que anunciando já os esquematismos próprios da arte pós-glaciar. Com paralelos próximos nas figuras da primeira fase da arte do Tejo (cf. BAPTISTA 1981), o magnífico veado da rocha 1 de Vale de Cabrões é o seu expoente máximo, que incluem mais cervídeos, dois na rocha 23 da Quinta da Barca e um na rocha 33 da Canada do Inferno. Também o animal incompleto da rocha 15 da Cascalheira poderá pertencer a este grupo, mais os três caprinos e, provavelmente, os dois peixes da rocha 36 da Canada do Inferno. A este grupo de motivos sucede outro, similar na técnica e temática mas evoluindo para um maior estilização e esquematismo e menor naturalismo, representado nas rochas 7 e 18 da Quinta da Barca, na rocha 1 de Vale de Figueira e, na Canada do Inferno, nas rochas 3, 4, 5, 32, e com os restantes animais da rocha 36.

Como vimos, há algumas raras figuras antropomórficas gravadas que se podem tipologicamente juntar com figuras pintadas. Mas a maioria das representações humanas gravadas são distintas, sendo dominadas por uma figura que designamos por “antropomorfo de cornos”<sup>30</sup>, e que se consideram da fase final da arte esquemática (BAPTISTA 1999: 162-165), podendo-se integrar ainda no Neolítico final ou Calcolítico inicial (GOMES; GOMES & SANTOS 1991: 98; ALVES 2003: 363-364). A sua implantação é muito distinta das pinturas esquemáticas, aglomerando-se tendencialmente em grandes conjuntos num determinado painel, em rochas por vezes de disposição sub-horizontal, como na Ribeira da Cabreira ou no Vale da Casa. Estão abundantemente presentes nas rochas 1 e 5 dos Namorados (devendo-se associar-lhes a serpente da rocha 7), na rocha 11 da Ribeira da Cabreira e nas rochas 11 e 28 do Vale da Casa, podendo-se ainda juntar-lhes a figura sem cabeça da rocha 23 da Quinta da Barca. Embora pareçam uma evolução algo diferente

<sup>30</sup> Preferimos esta expressão mais neutra à anterior designação que também utilizamos de “antropomorfo com capacete de cornos” (cf. BAPTISTA 1999: 162-165; REIS 2012: 27; REIS 2013: 13, 33). A cabeça surge em forma semicircular, ou sub-rectangular, ou em forma de “cabaça”, chegando mesmo ao círculo fechado. Por vezes os olhos são representados. Não sendo impossível, nada garante que sejam representações de cabeças com capacete, e a expressão pode ser enganosa e remeter incautamente para períodos cronológicos onde tais capacetes existem. Sendo plausível, também não é possível garantir que sejam representações de cabeças cornudas, mas enfim, alguma designação tem que haver para estas figuras tão específicas.

da típica figura pintada, existem algumas destas, na Ribeirinha ou no painel principal das Lapas Cabreiras, que poderão ter soluções semelhantes na forma da cabeça. Ainda no Vale da Casa, os antropomorfos da rocha 4 são muito diferentes dos anteriores, de corpos largos e bojudos e membros curtos, difíceis de datar, mas talvez genericamente coevos dos antropomorfos de cornos, lembrando também, pela cabeça redonda, um dos antropomorfos gravados das Lapas Cabreiras. Por fim, uma figuração humana muito diferente, o podomorfo, tem apenas dois exemplares picotados na rocha 23 do Vale da Casa, datáveis talvez do Bronze Final, em finais do II ou princípios do I milénio a.C..

As gravuras abstractas existem em escasso número nesta região, para além das covinhas e unhadas do diabo que já referimos. Há algumas na rocha 11 da Ribeira da Cabreira, claramente associáveis aos numerosos antropomorfos de cornos desta rocha. Há também alguns motivos pouco evidentes nas rochas submersas do Vale da Casa, incluindo pequenos círculos ou semi-círculos, e surge um interessante círculo simples na rocha 3 da Ribeira do Arroio. Este, num painel horizontal de cor azulada fortemente desgastado pelas águas da ribeira faz lembrar, no seu aspecto e implantação, a arte ribeirinha do Tejo ou do Guadiana, e mais uma vez alerta para a forte possibilidade de os terraços submersos do Douro poderem também albergar este tipo particular de gravuras. Aparentadas mas um tanto diferentes poderão ser as gravuras abstractas de uma das pedras da Vinagreira, se calhar mais próximas da arte rupestre das Beiras, ainda que a pequena pedra, fracturada de um afloramento maior, não permita grandes ilações.

Podemos tentar agora o exercício, sempre arriscado dada a falta de dados cronológicos seguros, de tentar sequenciar no tempo a evolução da arte pós-glaciar na região do Côa. E começando em primeiro lugar pelo fim da arte paleolítica. As datações obtidas para a camada 4 do Fariseu, onde apareceu a maior parte das placas gravadas deste sítio, sugere que as gravuras da fase final da arte paleolítica do Côa se iniciam provavelmente ainda dentro do período glacial, mas se prolongam claramente para tempos pós-glaciares. A formação da camada 4 poderá iniciar-se um pouco antes de 12.000 BP e terminar, talvez, um pouco antes de 10.000 BP (cf. SANTOS 2012: 43; Nota 5). Sendo evidente a correlação estilística entre as gravuras das placas do Fariseu e as da fase final da arte paleolítica do Côa, é preciso alguma prudência em fazer corresponder exactamente a cronologia da camada 4 com a vigência desta fase de gravação, pois trata-se de um só sítio arqueológico, com uma quantidade reduzida de datas. Uma periodização mais fina precisaria de mais datas e mais sítios escavados com arte móvel.

Seja como for, parece evidente que a fase final da arte paleolítica do Côa entra já bem dentro do que convencionalmente se chama o Epipaleolítico. Culturalmente, esta fase artística é ainda muito paleolítica, mantendo as temáticas e os estilos da típica arte paleolítica, mas com uma forte e crescente estilização das figuras e perda, por vezes acentuada, do seu naturalismo. Pensamos que um pequeno conjunto de figuras da Foz do Côa, nas rochas 85, 87, 92 e 93, e talvez também na rocha 7 do Fariseu, podem representar o ponto final desta fase, sendo figuras que ainda devem muito à típica arte paleolítica, nomeadamente na temática (essencialmente cervídeos e caprinos), no uso exclusivo da incisão, e nalgumas características de estilo, como o uso do estriado, mas que levam a falta de naturalismo, estilização e geometrização a extremos, que não tem sequer paralelos nas placas do Fariseu (cf. REIS 2011: 109-113). Estas figuras em particular parecem representar um beco sem saída do ponto de vista evolutivo, uma tentativa de manter vivo o passado num mundo consideravelmente mudado, pois a fase seguinte surge em grande medida como uma ruptura e não tanto como uma evolução.

Esta fase seguinte será representada por dois grandes grupos de motivos. Por um lado, as grandes figuras humanas pintadas da Faia e possivelmente do Ervideiro, talvez junto com os dois bovídeos da rocha 1, e também do antropomorfo inciso da Penascosa. Por outro lado, os novos animais gravados, primeiro os belíssimos animais como o de Vale de Cabrões, seguidos de figu-

ras mais pesadas e esquematizadas como as de Vale de Figueira. É difícil afirmar com certeza se pinturas e gravuras surgem em simultâneo, mas os dois bovídeos da Faia parecem estabelecer uma relação estilística entre ambas as técnicas, pelo que serão motivos provavelmente coevos e de um mesmo momento cultural. Esta fase subnaturalista pertencerá ao Epipaleolítico, considerando as evidentes semelhanças entre os animais gravados no Côa e na arte do Tejo e as periodizações sugeridas para aquele conjunto artístico que, com algumas diferenças importantes nas propostas surgidas, concordam na atribuição epipaleolítica daquele tipo de figuras (cf. BAPTISTA 1981; GOMES 2010). A evolução, dentro da mesma fase geral, de figuras animais mais elegantes e naturalistas, como o veado de Vale de Cabrões, no sentido de figuras mais esquematizadas como os animais de Vale de Figueira não tem, na região do Côa, evidência arqueológica, não há sobreposições de motivos que a apoiem, mas parece natural, pela evolução conhecida da arte da Pré-história Recente no sentido da esquematização, sendo essa também a tendência da arte do Vale do Tejo. É de notar também, na rocha 36 da Canada do Inferno, que as figuras mais esbeltas e naturalistas dos três caprinos ocupam o centro do painel, e os outros animais mais estilizados surgem na sua periferia.

Sendo verdade que o estilo subnaturalista dos primeiros animais gravados e a sua temática (caprinos e cervídeos) ainda parecem dever algo ao imaginário paleolítico, a ruptura com a arte paleolítica nota-se pelas diferentes técnicas introduzidas (pintura e novo estilo de picotagem, com o abandono quase total da incisão), pelo ênfase dado à cada vez maior esquematização das figuras, e pela introdução de uma novo tema, a figura humana, que, não sendo desconhecida na arte paleolítica, não tem a centralidade que agora lhe é atribuída. E a nova fase evolutiva da arte da Pré-história Recente surge com o advento pleno da arte esquemática, já no Neolítico, em que a figura humana, não sendo exclusiva, domina amplamente face a outros motivos, centrando quase todas as composições.

A distribuição das pinturas conhecidas na região mostra claramente a existência de pequenos grupos, quase todos no Côa. O mais importante agrupa os sítios da Faia, Ervideiro, Lapas Cabreiras e Mioteira. Mais a Norte, há o grupo formado pela Ribeira de Piscos, Vale de Figueira e Vale de Videiro. Aqui, devemos também juntar os antropomorfos gravados nas Lapas Cabreiras, no primeiro caso, e da rocha 4 da Ribeira de Piscos, no segundo. Na Ribeirinha, ao dantes isolado abrigo da Ribeirinha juntou-se agora a rocha do Gamoal. Para Sul, o Colmeal e o Poço Torto parecem estar menos relacionados com o Côa e mais com a serra da Marofa e, embora algo distanciados, é provável que integrem um grupo mais alargado de pinturas nesta serra. Em São Gabriel, entre o Douro e o Côa mas a olhar para este último, a rocha pintada aparece isolada, mas também não surpreenderia que fosse a ponta avançada de um grupo de pinturas existente nos abrigos quartzíticos desta serra, ainda por prospectar. Por fim, no Douro, a rocha pintada de Vale d'Arcos também aparece isolada, mas aqui sabemos já que se encontra no princípio da grande serra quartzítica de Poiares, e que integrará um grupo de pinturas disperso por esta vasta formação geológica (ver FIGUEIREDO; GASPAR & XAVIER 2011).

Na vigência final da arte esquemática, a pintura parece ser tendencialmente abandonada em detrimento da gravura, e o principal motivo é o antropomorfo de cornos, que surge em poucas rochas mas em composições por vezes impressionantes, como na Ribeira da Cabreira e nos Namorados, em sítios muito dispersos, no Côa como no Douro. E o final da Pré-história é marcado por uma maior diversificação nas formas e suportes da arte rupestre, surgindo no Vale da Veiga um sítio com estelas, provavelmente no Calcolítico mas prolongando-se para a Idade do Bronze, como o demonstra a estela de Longroiva. De problemática inserção cronológica são alguns motivos geométricos e abstractos, poucos e bastante dispersos, e para os quais é difícil, de momento, apontar elementos mais concretos. Estão neste caso os motivos geométricos da pedra da Vinagreira, os pequenos círculos ou semicírculos do Vale da Casa ou o círculo isolado da rocha 3 da Ribeira do

Arroio. Para terminar, e voltando às covinhas e unhas do diabo, estes poderão ser gravações de realização transversal a estas fases. Como hipótese, a necessitar de muitos mais dados, e tendo em conta o que atrás dissemos, podemos sugerir que as unhas do diabo pertençam sobretudo ao Epipaleolítico e/ou Neolítico, acompanhando talvez as primeiras pinturas e gravuras e o advento da arte esquemática, enquanto as covinhas seriam uma realização sobretudo mais tardia, do Calcolítico e Idade do Bronze. Seria tentador ver as covinhas a substituir as unhas como elemento resultante de um acto repetitivo e ritual de extracção da superfície das rochas, no caso das unhas em localizações muito específicas, no caso das covinhas mais associadas ao povoamento, sem que tal evolução fosse impeditiva da sua coexistência temporal, como no abrigo da Foz do Tua.

Passando à Idade do Ferro (ver também REIS 2011: 82-97), a embocadura do Côa com o Douro é claramente o centro da distribuição das gravuras deste período, mas desta vez sem as *nuances* que marcam a distribuição da arte paleolítica. Os sítios sucedem-se uns atrás dos outros, em ambas as margens do Côa e do Douro, os de maior dimensão tendencialmente mais perto da embocadura do Côa (novamente, a Foz do Côa, com quase 80 rochas da Idade do Ferro, é de longe o maior), com a quantidade de rochas por sítio diminuindo progressivamente com o afastamento em relação ao centro. Se nalguns casos, como na Penascosa, Vale Escuro ou Lodão, esse afastamento e diminuição se traduz também numa aparente menor importância das gravuras, isso não acontece noutros casos, e o reduzido número de rochas não impede a imensa qualidade e mesmo espectacularidade de algumas rochas mais afastadas do centro, como na Ribeira das Furnas, Ribeira do Lodão, Fariseu ou Ribeira da Volta. Na falta de um estudo tipológico detalhado, também não se nota que haja diferenças marcadas entre distintas zonas de distribuição, com determinados motivos ou estilos a predominarem aqui ou acolá. Pelo contrário, é notório que os tipos de motivos (antropomorfos, animais, armas e motivos abstractos) se mantêm mais ou menos uniformemente em toda a área de distribuição, e que a variabilidade estilística é enorme e constante ao longo dos dois rios, com a coexistência de estilos muito variados dentro dos sítios, em rochas vizinhas e, muito frequentemente, dentro dos mesmos painéis.

Não é possível, de momento, ter uma ideia clara da evolução cronológica da arte da Idade do Ferro da região, e nem sequer de quando se inicia a gravação de motivos rupestres deste período, ou quando termina. Em termos gerais, tem-se considerado que estas gravuras se inserem na segunda Idade do Ferro ou seja, *grosso modo* na segunda metade do I milénio a.C., mas não se consegue especificar muito mais que isto. Em relação ao término, o achado das placas do Paço à superfície num habitat de cronologia romana, provavelmente do século I d.C., sugere que esta arte se terá mantido em vigor pelo menos nos inícios da romanização. Por outro lado, a pedra do Olival dos Telhões, reaproveitada numa construção romana dos séculos III/IV d.C., sugere que por esta altura já esta arte rupestre teria perdido o seu valor simbólico para as populações locais. No entanto, estes indícios são poucos e imprecisos, não permitindo mais do que a elaboração de vagas hipóteses, e é de salientar que, nas mais de 450 rochas inventariadas com gravuras deste período, não conhecemos um único exemplo, por mais vago que seja, que aponte para elementos típicos da romanização, sendo particularmente notória a total ausência de inscrições latinas.

Quanto ao início, não estamos muito melhor. Há algumas figuras que apontam para uma cronologia bastante recuada. Por exemplo, e sem entrar em grandes detalhes, o combate heróico da rocha 3 da Vermelha, associado a lanças com contos de grande dimensão (como também na rocha 6 do Vale do Forno) e escudos circulares com umbos muito volumosos (como também no guerreiro da rocha 1 da Ribeira de Urros) aponta para cronologias antigas, pelo menos do século V a.C. (cf. QUESADA SANZ 1997), mas é difícil garantir que as cronologias deste tipo de motivos (que cremos estarem entre os primeiros a serem gravados na arte deste período) não possam ser mais recentes ou, porque não, mais antigas, recuando, quem sabe, aos séculos VI, VII ou VIII. Isso parece-nos plausível mas, de momento, difícil ou impossível de provar.

No denso conjunto de motivos da rocha 10 do Vale da Casa foi possível, pela análise das sobreposições, determinar a evolução geral dos diferentes tipos de figuras presentes (BAPTISTA 1983: 66-68). Assim, e simplificando um quadro possivelmente um pouco mais complexo, as primeiras figuras a serem gravadas são os numerosos antropomorfos. Em seguida são gravadas as figuras de animais, sobretudo cavalos e, por fim, termina-se com as armas, aqui compostas por uma espada, várias falcatas e numerosas lanças. Esta sequência evolutiva é sem dúvida interessante, mas deve ser generalizada com prudência. Poucas são as rochas que apresentam uma densidade de sobreposições similar, e não se fizeram ainda mais estudos do género. Pensamos, aliás, que esses estudos serão fulcrais para o estudo evolutivo da arte da Idade do Ferro<sup>31</sup>, na região e não só, mas achamos pouco provável que seja suficiente escolher apenas mais algumas rochas com densas acumulações de motivos. Ao invés, para além dessas, deverão ser estudadas a maior quantidade possível de sobreposições entre motivos da Idade do Ferro, de forma a obter um quadro o mais fidedigno possível. Mas, e com as dúvidas que de momento não é possível resolver, há um dado sugestivo nesta sequência da rocha 10, e que é a anterioridade da execução das figuras antropomórficas, em conjugação com a centralidade que esta rocha ocupa no complexo do terraço fluvial do Vale da Casa (BAPTISTA 1983: 66).

De facto, como vimos, parece-nos provável que entre os motivos mais antigos da arte proto-histórica do Côa estejam diversas figuras antropomórficas. Por outro lado, temos já chamado a atenção para a organização em grupos das rochas da Idade do Ferro da arte do Côa (BAPTISTA & REIS 2008: 73; REIS 2011: 86; REIS 2013: 31-32; Fig. 9), em que uma ou duas rochas agregam grande quantidade de motivos, incluindo em regra antropomorfos, e em seu redor se dispersam outras rochas com poucos motivos de diversos tipos (apenas incluindo ocasionalmente figuras humanas). Esta interessante característica na distribuição não é absoluta e admite excepções, seja em rochas isoladas, seja mesmo no conjunto total das rochas de determinados sítios em que este padrão não é observável, como na Penascosa. No entanto, parece ser o paradigma dominante na distribuição das gravuras deste período, observando-se nos sítios mais importantes e com maior quantidade de rochas e gravuras. A diversidade estilística perfeitamente patente dentro de cada grupo aponta para que estes resultem de uma longa acção temporal de diferentes actos de gravação por diferentes autores, e não para um planeamento prévio da formação de um grupo específico. No entanto, é possível que esta espacialidade tão própria na distribuição das rochas gravadas possa exprimir alguma realidade social na comunidade que as produz: por exemplo, e a mero título de hipótese, cada grupo de rochas poderia pertencer a um determinado “grupo” de pessoas, talvez de cariz social, familiar ou étnico. Este modelo distributivo sugere que, de facto, as figuras antropomórficas serão das primeiras a ser feitas num determinado grupo, e que são a inspiração para, nos tempos seguintes, se agregarem novos motivos, seja na mesma superfície, seja nas superfícies vizinhas. Isto está de acordo com o maior relevo e centralidade que muitas das figuras humanas parecem ter face às restantes, apesar da sua quantidade relativamente baixa (ainda que aqui devemos ter algum cuidado com o quase inevitável preconceito antropocêntrico da mentalidade humana)<sup>32</sup>.

A descoberta muito cedo da fundamental rocha 3 da Vermelha parecia anunciar que cenas similares à desta rocha poderiam ser abundantes. No entanto, a prospecção demonstrou que não é esse o caso. Neste momento, com mais de 450 rochas conhecidas dispersas por 46 sítios,

---

<sup>31</sup> Sobretudo se forem complementados com estudos tipológicos rigorosos e, em particular, com a junção de dados provenientes de escavações arqueológicas, uma vez que cada vez mais se afigura provável a existência de abundantes gravuras deste tipo em sítios arqueológicos da Idade do Ferro (povoados, necrópoles, ...).

<sup>32</sup> Um exemplo interessante surge na cena de caça ao veado da rocha 1 da Ribeira das Furnas, com muitas e variadas figuras. A única figura humana, um cavaleiro armado, é pequena e pouco visível, perdendo destaque visual face à maioria das restantes figuras, a começar pelo seu magnífico cavalo. No entanto, está no centro da composição, e o próprio tipo de cena sugere que será a sua personalidade principal.

conhecemos apenas quatro evidentes cenas de combate, e mais duas duvidosas<sup>33</sup>. Isto não significa que estejamos perante uma sociedade eminentemente pacifista. Desde logo, as exibições (heróicas?) de figuras humanas em cenas de caça, geralmente ao veado, são bem mais abundantes mas, sobretudo, muitos dos antropomorfos surgem em contexto “bélico”: por vezes envolvidos em cenas de caça, de combate ou até, num caso ou outro, de provável cariz mitológico e envolvendo o uso de armas; noutros casos, sem aparente elemento de acção, são exibidos empunhando armas (quase sempre lanças, com ou sem escudo); Em outras situações, mais raras, estão desarmadas mas associadas directamente a armas (geralmente espadas, como nas rochas 4 dos Moinhos de Cima ou 6 do Vale do Forno). A representação, relativamente abundante, de armas não associadas a figuras humanas completa o aspecto bélico desta arte rupestre, sendo de notar o predomínio quase absoluto das lanças face às restantes armas, constante em toda a área de distribuição. Mas não queremos enfatizar em excesso este aspecto guerreiro da arte da Idade do Ferro, que é sem dúvida importante mas está longe de ser único, e poderá ser talvez sobrevalorizado pela maior facilidade na sua identificação.

Assim, podemos agora repetir algo que já anteriormente escrevemos, mas que se mantém actual (REIS 2011: 96-97). O que nos parece cada vez mais notório na arte da Idade do Ferro do Côa é a sua grande complexidade formal, para além da mera repetição dos diferentes tipos de motivos que a compõem. Sendo produto de uma sociedade profundamente hierarquizada, dominada por uma elite aristocrática de guerreiros, esta arte reflecte sem dúvida essa ideologia guerreira, mas está longe de se esgotar na mera glorificação das armas e dos seus portadores. Muitas figuras antropomórficas têm uma postura não bélica, e o tipo de motivo mais abundante é o “geométrico”, os quais têm uma imensa variedade tipológica, e que podem aparecer isolados em determinados painéis, dominando certas composições, ou enquadrando as principais cenas e figuras, que é o mais frequente. Estes motivos terão simbolismos e significados próprios, que tanto podem ser evidenciados isoladamente como, pensamos nós, servindo para enquadrar e, eventualmente, definir e conferir sentidos e conteúdos às figuras e cenas que rodeiam. Parece-nos provável que esses significados devam ser amplos e diversificados, devendo ir mais além da apresentação de um ideal guerreiro. Há mais exemplos, como a existência de cenas e motivos com um evidente ou provável cariz mitológico. Ou ainda a peculiar representação isolada de uma égua prenha na rocha 67 da Foz do Côa, a habitual figuração de animais em posição não natural (vertical ou invertida), ou um estranho e muito complexo motivo da rocha 19 da Bulha (uma densa associação geometrizada de muitos animais), entre muitos outros motivos, que indicam claramente a grande variedade temática e simbólica (e talvez funcional) da arte da Idade do Ferro do Côa. Tal não é de surpreender, e basta olhar para os exemplos do mundo clássico. Citando apenas, sem ir mais longe, Homero e Hesíodo no mundo grego, ou Virgílio e Ovídio no mundo romano, vemos bem a imensa diversidade de temas e assuntos que transmitem, em sociedades que cronologicamente, e na sua estrutura social e cultural, são aparentadas com as sociedades autoras desta arte do Côa.

Para terminar, um olhar sobre a arte rupestre da Época Moderna (ver também REIS 2011: 79-82). E dizemos Época Moderna porque continuam ausentes indícios seguros da existência de gravuras do período romano ou medieval, mantendo-se este hiato, de uns 1500 anos, na continuidade quase perfeita da actividade artística durante 25 ou 30 milénios na região da arte do Côa. É verdade que é provável que os podomorfos gravados na pedra do Azinhate pertençam a este hiato (se romanos ou medievais, é difícil dizer), uma vez que, com grande probabilidade, a pedra provém do vizinho sítio arqueológico. Mas este achado é manifestamente insuficiente para se poder falar de uma arte rupestre destes períodos. Como vimos, parece possível que a vigência da arte da

---

<sup>33</sup> Para além da Vermelhosa, na rocha 153 da Foz do Côa, na rocha 6 da Quinta das Tulhas, e na rocha 38 da Bulha. As duas cenas duvidosas estão na rocha 3 da Broeira e na rocha 31 da Canada da Moreira.

Idade do Ferro se prolongue na romanização, mas esse prolongamento, a comprovar-se, parece ser meramente temporal e não reflectir culturalmente as alterações trazidas pela nova realidade da dominação romana. Similarmente, não há evidência da existência de gravuras medievais. É verdade que muitos motivos poderiam tanto ser feitos em tempos modernos como medievais, e a ausência de factores cronologicamente mais identificativos de muitos painéis (nomeadamente inscrições e datas) poderia abrir a porta a que alguns motivos, nomeadamente os de cariz religioso, pudessem ser classificados como medievais. No entanto, isso parece-nos pouco provável. Mesmo as representações de um motivo frequente como é a besta, uma arma de bem conhecida utilização medieval, serão mais provavelmente pós-medievais, sabendo-se que esta arma continuou em uso até bastante tarde. Ainda assim, há uma importante descoberta recente, da rocha 44 de Vale de Moinhos, que poderá mostrar a existência de gravuras anteriores a 1601, possivelmente quinhentistas, as primeiras identificadas na região.

De uma forma geral, distingue-se bem uma associação entre a localização das gravuras modernas e o contexto populacional de que emanam, e essa associação é visível a dois níveis distintos. Em primeiro lugar, e como seria de esperar, as principais povoações da região parecem ser a origem primeira destas gravuras, com Vila Nova de Foz Côa a assumir-se como o principal “foco difusor”, seguido das aldeias do Orgal, Muxagata, Castelo Melhor, Chãs ou Algodres, entre outras. Mas, e mais interessantemente, há também uma relação evidente entre a localização de muitas das gravuras e a existência de determinadas estruturas rurais. Essas estruturas são de tipos muito variados e tem implantações muito diversas, seja no fundo dos vales, a meia encosta ou nas áreas planálticas. Essas estruturas podem ser casas rurais ou quintas (a casa da Quinta da Barca é um exemplo), pequenos casebres agrícolas associados a terrenos nas encostas (por exemplo, a rocha 23 da Bulha, que serve de parede de fundo a um casebre, tendo ainda as rochas 27 e 28 nas proximidades), antigas estradas (é possível que o grande conjunto de cruces da rocha 1 da Cavalaria esteja associada à antiga calçada entre Vila Nova de Foz Côa e Castelo Melhor), ou grandes conjuntos de estruturas agrícolas de diversos tipos associados a numerosas rochas gravadas, de que Vale de Cabrões é o melhor e mais interessante exemplo. São abundantes as rochas gravadas a meia encosta aproveitadas como suporte de muros de socacos agrícolas, e várias têm gravuras modernas. E, evidentemente, o caso mais conhecido de associação entre gravuras modernas e estruturas rurais é o dos moinhos, de que os exemplos são abundantes, na Foz do Côa, Rego da Vide, Canada do Inferno, Vale de Moinhos, Ribeira de Piscos ou Faia, para citar os melhores (cf. GARCIA DIEZ & LUIS 2003). Esta importância dos moinhos não é suficiente para que possamos dizer que a arte rupestre de Época Moderna nesta região é feita essencialmente por moleiros, como sugere Luís Luís (2005: 48; 2008: 139). Claramente, a diversidade de implantações e associações diz-nos, sem margem para dúvidas, que os autores destas gravuras fariam todo o tipo de actividades dentro da sociedade rural, poderiam ser tanto moleiros como pastores, agricultores, etc.<sup>34</sup>. No entanto, parece de facto ter havido algo de especial na relação entre os moinhos e a arte rupestre moderna, e que é visível em dois factores: a técnica de gravação e a cronologia. No tocante à primeira, se tomarmos o conjunto dos sítios e das rochas gravadas de Época Moderna da região, vemos que as gravuras incisas predominam esmagadoramente sobre as gravuras picotadas<sup>35</sup>. Sem grande margem de erro, podemos dizer que a arte moderna do Côa é essencialmente incisa. A principal excepção está, precisamente, nas rochas associadas a moinhos, onde as figuras incisas escasseiam e as picotadas dominam amplamente, formando conjuntos por vezes visualmente impressionantes, sendo os da Canada do Inferno e Rego da Vide os melhores exemplares.

<sup>34</sup> Por exemplo, é notória a semelhança entre diversos motivos da região do Côa e a arte popular dos pastores da Serra da Estrela (cf. RODRIGUES 2004).

<sup>35</sup> Luís Luís afirma precisamente o contrário (ver, por exemplo, LUÍS 2005: 48), mas baseia a sua análise num número muito reduzido de sítios, apenas doze, e hoje já conhecemos 48 sítios com gravuras deste período.

É possível que possa haver algum motivo de ordem simbólica para esta diferença, sobretudo se considerarmos que a temática religiosa tem uma predominância superior nas gravuras associadas a moinhos, e que há composições de motivos religiosos picotados altamente requintadas e elaboradas, em regra de melhor qualidade que composições similares incisas. Mas também nos parece que pode haver uma explicação mais prosaica para esta diferença, e que reside no facto de os moleiros utilizarem no seu trabalho um instrumento particularmente bem adaptado à picotagem de gravuras em pedra, e que eram os picos metálicos empregues para reavivar as mós (LUÍS 2005: 48; GARCIA DIEZ & LUIS 2003: 211). As outras actividades de campo não teriam instrumentos tão bem adaptados para a picotagem, pelo que a grande maioria das gravuras feitas noutros contextos eram incisas. No que toca à cronologia, há o dado curioso de que as gravuras mais antigas deste período estão todas associadas a moinhos, e sabemos isso pelas datas gravadas que lhes estão associadas, e que se iniciam em princípios do século XVII. Também a rocha 44 de Vale de Moinhos, que acima referimos e que poderá ter gravuras picotadas de 1601 e gravuras incisas anteriores a esta data, está associada a um moinho. É preciso algum cuidado na interpretação deste facto, pois muitas das gravuras incisas em outro tipo de localização não tem datas gravadas em associação, e a sua cronologia específica dentro da Época Histórica é frequentemente uma incógnita, mas podemos colocar a hipótese de a retoma do ancestral hábito de gravar as rochas da região do Côa, após o hiato da romanização e Idade Média, se dever aos moleiros.

As temáticas são variadas, mas há um claro predomínio dos motivos de cariz religioso, nomeadamente custódias e cruciformes (com ou sem a representação explícita de Cristo crucificado), mais raramente figuras que remetem para a religiosidade popular, como as estrelas de cinco pontas (ou signos-saimão), ou algumas interessantes e raras cenas, como nas rochas 4 do Garrido ou 48 do Vale do Forno, com o seu magnífico “rei-serpente”. No século XX, no final do longo ciclo de gravação na região, assiste-se a um forte individualismo no acto de gravação, com os vários gravadores a fazerem, essencialmente, o que lhes apetece. No entanto, na maioria dos painéis históricos datáveis de antes do século XX, esse individualismo é muito mais ténue. Os temas são numerosos, mas surgem segundo regras e cânones que parecem estabelecidos, com poucas variações individuais, e sendo relativamente frequente a sua mistura. Assim, para além da temática religiosa, destacaríamos a presença de representações de famílias, sobretudo casais, a gravação de aves, geralmente isoladas, mas por vezes associadas às famílias ou a motivos religiosos, a gravação de bestas, isoladas ou em companhia dos motivos anteriores, provavelmente como arma de caça e/ou defesa pessoal. A representação de barcos surge com alguma abundância, e se existem algumas raras representações de barcos rabelos, embarcação típica do Douro, o mais frequente é serem representações de veleiros, o que se afigura intrigante, porque nem o Côa nem o Alto Douro são navegáveis, e aquelas representações não são de barcos regionais. Já antes afiançamos a hipótese de serem representações feitas por antigos marinheiros retornados a casa (REIS 2011: 82), assim como a possibilidade de haver alguma relação entre alguns destes barcos e uma ou outra representação de figuras humanas com características orientais, como na rocha 17 de Piscos ou na rocha 142 da Foz do Côa, no que poderiam ser uns casos interessantes de representações populares associadas à expansão portuguesa. Motivos abundantes e também intrigantes são as figuras reticuladas, com secções internas de tipologia variável. Muitos parecem jogos, mas admitimos que a colocação de tabuleiros de jogo em painéis verticais se afigura uma escolha um tanto peculiar, até porque há painéis horizontais na região que podiam ser usados para este fim.

Outros temas e exemplos existem mas, concluindo, podemos dizer que na escolha repetida de determinados temas e na ausência de outros (a vida e actividades do quotidiano, por exemplo, estão praticamente ausentes), a arte rupestre desta população rural mostra estar submetida a regras relativamente estritas, não se diferenciando assim, neste aspecto, das manifestações



rupestres de períodos anteriores, também altamente codificadas. Desde o início até ao fim, a arte rupestre do Côa, como toda a arte de todos os sítios e todos os tempos, é uma expressão fundamental da cultura e mentalidades das populações que a fizeram, a moderna não menos que a paleolítica.

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Lara Bacelar (2003), *The movement of Signs. Post-Glacial rock art in Northwestern Ibéria*, Tese de Doutoramento Policopiada, Reading, Universidade de Reading
- AUBRY, Thierry; CARVALHO, António Faustino & ZILHÃO, João (1997), Arqueologia, in ZILHÃO, J. (Dir. de), *Arte rupestre e Pré-história do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996*. Lisboa, Ministério da Cultura, pp. 74-209
- AUBRY, Thierry; LUÍS, Luís & DIMUCCIO, Luca Antonio (2012), Nature vs. Culture: present-day spatial distribution and preservation of open-air rock art in the Côa and Douro River Valleys (Portugal), *Journal of Archaeological Science*, 39 (4), pp. 848-866
- BAHN, Paul G. (2012), New Developments in Pleistocene Art, 2005-2009, in BAHN, Paul; FRANKLIN, Natalie & STRECKER, Mathias (Dir. de), *Rock Art Studies. News of the World IV*, Oxford, Oxbow Books
- BAPTISTA, António Martinho (1981), *A Rocha F – 155 e a Origem da Arte do Vale do Tejo*, Monografias Arqueológicas, 1, Porto, GEAP
- \_\_\_\_\_ (1983), O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa), *Arqueologia*, 8, Porto, pp. 57-69
- \_\_\_\_\_ (1999), *No tempo sem tempo. A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa. Com uma perspectiva dos ciclos rupestres pós-glaciares*, Vila Nova de Foz Côa, CNART/PAVC
- \_\_\_\_\_ (2008a), Aspectos da Arte Magdalenense e Tardiglaciário no Vale do Côa, in *Actas do Fórum Valorização e Promoção do Património Regional (Vila Nova de Foz Côa, 28 a 30 de Junho de 2007)*, Vol. 03 – *Do Paleolítico à Contemporaneidade. Estudos sobre a História da Ocupação Humana em Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*, Porto, ACDR de Freixo de Numão, pp. 14-31
- \_\_\_\_\_ (2008b), *O Paradigma Perdido. O Vale do Côa e a Arte Paleolítica de Ar Livre em Portugal*, Vila Nova de Foz Côa, Edições Afrontamento/PAVC
- BAPTISTA, António Martinho (2012), El arte Paleolítico en Portugal, in *Arte sin Artistas. Una Mirada al Paleolítico*, Madrid, Museo Arqueológico Regional, pp. 5-35
- BAPTISTA, António Martinho & REIS, Mário (2008), Prospecção da Arte Rupestre na Foz do Côa. Da iconografia do Paleolítico superior à do nosso tempo, com passagem pela IIª Idade do Ferro, in *Actas das Sessões do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior (Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel, 15 a 20 de Maio de 2006)*, Vol. 01 – *Pré-história. Gestos Intemporais*, Porto, ACDR de Freixo de Numão, pp. 62-95
- BAPTISTA, António Martinho; SANTOS, André Tomás & CORREIA, Dalila (2006), Da ambiguidade das margens na Grande Arte de ar livre no Vale do Côa. Reflexões em torno da organização espacial do santuário Gravetto-Solutrense na estação da Penascosa/Quinta da Barca, *Côavisão*, 8, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pp. 156-184.
- \_\_\_\_\_ (2008), Estruturação simbólica da arte Gravetto-Solutrense em torno do monte do Fariseu (Vale do Côa), in *Actas das Sessões do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior (Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel, 15 a 20 de Maio de 2006)*, Vol. 01 – *Pré-história. Gestos Intemporais*, Porto, ACDR de Freixo de Numão, pp. 38-61
- \_\_\_\_\_ (2009): O santuário arcaico do Vale do Côa: novas pistas para a compreensão da estruturação do bestiário Gravettense e/ou gravetto-solutrense, in BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo (Dir. de), *Actas do colóquio "Arte Prehistórico al aire libre en el Sur de Europa" (Salamanca, 15-17 de Junho de 2006)*, Junta de Castilla y León, pp. 89-144
- BUENO RAMÍREZ, Primitiva; BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo & ALCOLEA GONZÁLEZ, J. Javier (2009), Estilo V en el ámbito del Duero: Cazadores finiglaciares en Siega Verde (Salamanca), in BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo (Dir. de), *Actas do colóquio "Arte Prehistórico al aire libre en el Sur de Europa" (Salamanca, 15-17 de Junho de 2006)*, Junta de Castilla y León, pp. 259-286

- CARDOSO, João Carlos Muralha (2007), *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa). Um Recinto Monumental do III<sup>o</sup> e II<sup>o</sup> milénio a.C.: problemática do sítio e das suas estruturas à escala regional*, Tese de Doutoramento Policopiada, Porto, Universidade do Porto
- COIXÃO, António Nascimento Sá (1996), *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa
- \_\_\_\_\_ (1999), *A Ocupação Humana na Pré-história Recente na região de Entre Côa e Távora*, Almada, ACDR de Freixo de Numão
- \_\_\_\_\_ (2000), *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2.<sup>a</sup> edição
- FERNANDES, António Pedro Martins da Mota Batarda (2012a), *Natural Processes in the Degradation of Open-Air Rock-Art Sites: An Urgency Intervention Scale to Inform Conservation*, Tese de Doutoramento Policopiada, Bournemouth, Universidade de Bournemouth
- \_\_\_\_\_ (2012b), Orientação da arte rupestre do vale do Côa: um caso de estudo na distribuição espacial da arte paleolítica ao ar livre, in SANCHES, Maria de Jesus (Coord. de), *1<sup>a</sup> Mesa-Redonda Artes Rupestres da Pré-História e da Proto-História: Paradigmas e Metodologias de Registo*, DGPC [Trabalhos de Arqueologia, 54], Lisboa, pp. 261-271
- FIGUEIREDO, S. S.; GASPAR, R. & XAVIER, P. (2011), Cruzando ocupações pré-históricas e arte rupestre no vale da Ribeira do Mosteiro: dados da primeira campanha, in RODRIGUES, Miguel Areosa; LIMA, Alexandra Cerveira & SANTOS, André Tomás (Coord. de), *Actas do V Congresso de Arqueologia – Interior Norte e Centro de Portugal (Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa, 13 a 6 de Maio de 2009)*, Porto, Caleidoscópio/Direcção Regional de Cultura do Norte, pp. 125-159
- FORTEA PÉREZ, Francisco Javier (2001), Los comienzos del arte paleolítico en Asturias: aportaciones desde una arqueología contextual no postestilística, *Zephyrus*, 53-54, Salamanca, Universidade de Salamanca, pp. 177-216
- GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela & SANTOS, Manuel Farinha (1994), O Santuário Exterior do Escoural – Sector SE (Montemor-o-Novo, Évora), in *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 20-22 Maio 1993)*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 93-108
- HENRIQUES, Francisco & CANINAS, João Carlos (2009), Pedra das Letras: uma rocha com grafismos lineares (Proença-a-Nova), *Açafa On Line*, 2, Associação de Estudos do Alto Tejo, ([www.altotejo.org](http://www.altotejo.org)), pp. 1-18
- GARCÍA DIEZ, Marcos & LUÍS, Luís (2003), José Alcino Tomé e o último ciclo artístico rupestre do Vale do Côa: um caso de etnoarqueologia, *Estudos Pré-Históricos*, X-XI, Viseu, CEPBA, pp. 199-223
- GOMES, Mário Augusto dos Santos Varela (2010), *Arte Rupestre do Vale do Tejo. Um ciclo artístico-cultural pré e proto-histórico*, Tese de Doutoramento Policopiada, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa
- LUÍS, Luís (2005), Arte Rupestre e Ocupação Humana no Vale do Côa. Balanço da Investigação do Parque Arqueológico do Vale do Côa, *Côavisão*, 7, Vila Nova de Foz Côa, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pp. 31-60
- \_\_\_\_\_ (2008), A Arte do Côa e o Ordenamento do Território, *Al-Madan*, 16 (II<sup>a</sup> Série), Almada, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 137, 139, 143, 145
- \_\_\_\_\_ (2009a), Per petras et per signos: A arte rupestre do Vale do Côa enquanto construtora do espaço na Proto-história, in SANABRIA MARCOS, P. J., (Dir. de), *Lusitanos y Vettones: Los pueblos prerromanos en la actual demarcación Beira Baixa – Alto Alentejo – Cáceres*, Cáceres, Junta de Extremadura/Museo de Cáceres, pp. 213-240
- \_\_\_\_\_ (2009b), Em busca dos cavaleiros com cabeça de pássaro. Perspectivas de investigação da proto-história no Vale do Côa, in BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo (Dir. de), *Actas do colóquio “Arte Prehistórico al aire libre en el Sur de Europa” (Salamanca, 15-17 de Junho de 2006)*, Junta de Castilla y León, pp. 415-438
- QUESADA SANZ, Fernando (1997), *El armamento ibérico. Estudio tipológico, geográfico, funcional, social y simbólico de las armas en la Cultura Ibérica (siglos VI-I a.C.)*, Monographies Instrumentum, 3, Montagnac, Éditions Monique Mergoil, 2 Vols.
- REIS, Mário (2011), Prospecção da arte rupestre do Côa: ponto da situação em Maio de 2009, in RODRIGUES, Miguel Areosa; LIMA, Alexandra Cerveira & SANTOS, André Tomás (Coord. de), *Actas do V Congresso de Arqueologia – Interior Norte e Centro de Portugal (Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa, 13 a 6 de Maio de 2009)*, Porto, Caleidoscópio/Direcção Regional de Cultura do Norte, pp. 11-123

- \_\_\_\_\_ (2012), ‘Mil rochas e tal...!’: Inventário dos sítios da arte rupestre do vale do Côa, *Portugália*, XXXIII, Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 5-72
- \_\_\_\_\_ (2013), ‘Mil rochas e tal...!’: Inventário dos sítios da arte rupestre do vale do Côa (2ª parte), *Portugália*, XXXIV, Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 5-68
- RODRIGUES, Américo (Coord. de) (2004), *A Transumância e Fernão Joanes – sonhos transumantes*, Guarda, Câmara Municipal da Guarda/Junta de Freguesia de Fernão Joanes
- SANCHES, Maria de Jesus & TEIXEIRA, Joana de Castro (2013), An interpretative approach to “devil claw” carvings: the case of river Tua mouth rock shelter (Alijó, Trás-os-Montes, Northeast Portugal), in *XXV Valcamonica Symposium 2013, Capo di Ponte, 20 a 26 de Setembro*, pp. 59-68
- SANTOS, André Tomás (2012), Reflexões sobre a arte Paleolítica do Côa: a propósito da superação de uma persistente dicotomia conceptual, in SANCHES, Maria de Jesus (Coord. de), *1ª Mesa-Redonda Artes Rupestres da Pré-História e da Proto-História: Paradigmas e Metodologias de Registo*, DGPC [Trabalhos de Arqueologia, 54], Lisboa, pp. 39–67
- SANTOS, Filipe; SASTRE, José; FIGUEIREDO, Sofia Soares; ROCHA, Fábio; PINHEIRO, Eulália & DIAS, Rodrigo (2012), El sitio fortificado de Castelinho (Felgar, Torre de Moncorvo, Portugal). Estudio preliminar de su diacronia y las plaquetas de piedra con grabados de la Edad del Hierro, *Complutum*, 23 (1), Madrid, Universidad Complutense, pp. 165-179
- VALE, Ana Margarida Aparício (2011), *Modalidades de produção de espaços no contexto de uma colina monumentalizada: o sítio pré-histórico de Castanheiro do Vento, em Vila Nova de Foz Côa*, Tese de Doutoramento Policopiada, Porto, Universidade do Porto
- VIALOU, Denis (1986), *L’Art des Grottes en Ariège Magdalénienne*, XXIIe supplément à «Gallia Préhistoire», Paris, CNRS
- XAVIER, Pedro; ARACELI, Cristo Roperio; MACIEL José & FIGUEIREDO, Sofia Soares (no prelo), Do ver ao compreender as gravuras “fusiformes” do Vale do Sabor, In *II jornadas de Jóvenes investigadores del Valle del Duero. Del Neolítico a la Antigüedad Tardía (León, 25-27 Octubre 2012)*

